



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

RAYSSA DE LYRA LISBOA

**A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS E SEUS IMPACTOS NO
ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE TAIPU - PB**

JOÃO PESSOA - PB
Fevereiro de 2014

L769c Lisboa, Rayssa de Lyra.

*A criação de assentamentos rurais e seus impactos no espaço
agrário do município de São Miguel de Taipu-PB. /
Rayssa de Lyra Lisboa.- João Pessoa, 2014.*

78f. : il.

Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira

Monografia (Graduação) . UFPB/CCEN

A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS E SEUS IMPACTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE TAIPU - PB

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharelado em Geografia sob orientação da Professora Dr^a Emília de Rodat Fernandes Moreira.

**JOÃO PESSOA - PB
FEVEREIRO DE 2014**

RAYSSA DE LYRA LISBOA

**A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS E SEUS IMPACTOS NO
ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE TAIPU - PB**

Monografia aprovada em ____/____/____ como requisito para a obtenção do título de
Bacharel no Curso de Graduação em Geografia, Departamento de Geociências,
Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba pela
seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Emília de Rodat Feranandes Moreira
Orientadora ó UFPB

Prof^a. Msc. Silvana Cristina da Costa Correia
Doutoranda ó PPGG/UFPB

Diego Pessoa Irineu de França
Mestrando PPGG/UFPB

João Pessoa ó PB
Fevereiro de 2014

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os homens e mulheres, camponeses e camponesas do município de São Miguel de Taipu, que todos os dias acordam com a esperança de uma vida mais digna no campo. A todos aqueles que lutam pela construção de um território de esperança.

Agradecimentos

A Deus todo agradecimento é pouco! Obrigada meu Deus por ter me dado força, coragem e saúde física e mental para concluir essa etapa. Obrigada por que Tu não me desamparaste mesmo quando a vontade foi de desistir.

A Emília Moreira minha orientadora, sem ela a minha primeira etapa da vida acadêmica não seria completa. Obrigada por acreditar em minha capacidade, e por não desistir de mim. Todos os õpuxões de orelhaõ fizeram efeito. Serei eternamente grata pela oportunidade que me destes de trabalhar com você. És um exemplo a ser seguido.

Aos queridos camponeses de São Miguel de Taipu por me receberem sempre muito bem e por permitirem finalizar a minha pesquisa. Por terem com tanta boa vontade me dado à permissão para fazer deles o objeto central do meu estudo, por de forma paciente terem respondido as muitas perguntas dos questionários, por terem me acolhido em suas casas, por terem me mostrado a riqueza da vida no campo, e acima de tudo por acreditarem em mim e no meu trabalho, por fazerem perceber que a luta pela melhoria da qualidade de vida no campo não pode parar.

A Dona Lia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu, pelas conversas, pelas entrevistas, pelo tempo disponibilizado para me ajudar. A população, aos comerciantes, aos feirantes, ao Padre João Maria, pelas entrevistas e conversas, por também terem feito parte deste estudo.

Aos meus pais José Carlos e Sandra Elizabeth por terem me dado o apoio necessário na difícil decisão de escolher minha profissão. Por terem acreditado em mim, e por me fazerem acreditar que seguir o coração e os sonhos era sempre a melhor opção.

Pai, obrigada pelo custeio com todos os gastos acadêmicos, pelas sábias palavras e pela mão sempre estendida na hora certa.

Mãe, obrigada pelo colo e por todas as vezes que enxugastes minhas lágrimas em meus momentos difíceis. Acima de tudo, obrigada pelo seu imensurável AMOR DE MÃE.

As minhas amadas e companheiras irmãs, Mayra e Larissa, pelos conselhos, pelo carinho, pelo cuidado excessivo, pelas vezes que junto comigo õcolocaram a mão na massaõ para me ajudar na conclusão de alguns trabalhos acadêmicos. Por terem prestado seus ouvidos em tantos momentos em que eu só precisava de alguém para me ouvir. Por terem investido em minha formação sem hesitar. Serei eternamente grata!

A Marivaldo Wagner e sua família, pela torcida, pelas palavras de incentivo, pelas orações (em especial Dona Fátima). Marivaldo, obrigada pelo companheirismo, pelo apoio, por todas as dicas (fizeram efeito!). Você se tornou a minha inesgotável fonte de inspiração, o meu exemplo a ser seguido. Você me fez acreditar que tudo se torna possível com esforço, determinação e abdicção. Seguirei os teus passos...

Aos amigos do Getec, companheiros da labuta geográfica, pela parceria, pelas conversas, risadas, desabafos e pelo companheirismo. Diego, Nielson, Zinho, Silvana, Elton, Denise, Bruno. Raisal e todos os outros. Denise e Bruno, obrigado pela companhia na reta final dos meus trabalhos de campo, sem a ajuda de vocês não teria dado conta. Com vocês o sofrido se tornou divertido, não é Denise? Rssss. A Silvana pelas conversas, pelas risadas, pelas palavras de apoio e acima de tudo pelos conselhos. Diego, obrigada por toda atenção, nos momentos de apertado sempre tentastes com esse jeitinho meigo, achar uma solução. És querido por mim, obrigada por tudo mesmo.

As minhas companheiras diárias, Samara e Diandra pela amizade sincera e verdadeira, pelas fofocas e segredos compartilhados. Sem vocês a jornada não teria sido a mesma.

Gisele e Paulinha que de perto ou de longe também fizeram parte dessa trajetória. Tenho um carinho enorme pelas duas. Gisele, meu muito obrigado por ter vestido a minha camisa na reta final com os meus trabalhos de campo. Você foi uma companhia incrível, e com você tudo se tornava mais fácil e divertido. Paulinha, obrigada por ter prestado seus ouvidos, por ter junto comigo tentado entender o porquê das coisas.

Agradeço ainda a Elvira, por estar sempre ãquebrando meus galhosõ, e ao professor Sinval pelas palavras de apoio e pela força quando precisei. Ainda agradeço ao professor Marcelo, pela atenção, pelo carinho, pelas palavras verdadeiras que se encaixavam perfeitamente no momento em que eu estava passando. Por ter torcido por mim e por ter me feito acreditar que desistir dos sonhos nunca foi a melhor saída para resolver problema algum.

A todos que de perto ou de longe fizeram parte desta trajetória, meu muito obrigado!

õQue os vossos esforços desafiem as
impossibilidades, lembrai-vos de que as
grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível.ö

Charles Chaplin

Sumário

| | |
|--|-------------------------------|
| Dedicatória..... | i |
| Agradecimentos | ii |
| Índice..... | Erro! Indicador não definido. |
| Lista de Figuras..... | vii |
| Lista de Tabelas | viii |
| Lista de Abreviações..... | Erro! Indicador não definido. |
| Resumo | x |
| Abstract..... | xi |
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo 1. A organização do espaço agrário de São Miguel de Taipu..... | 6 |
| 1.1 <i>A organização tradicional do espaço agrário</i> | 7 |
| 1.2 <i>As mudanças na organização do espaço agrário a partir de 1970</i> | 11 |
| Capítulo 2. A luta pela terra no município de São Miguel de Taipu..... | 13 |
| 2.1 <i>A luta pela terra da Fazenda Itapuá</i> | 13 |
| 2.2 <i>A luta pela terra do Engenho Maravalha</i> | 15 |
| 2.3 <i>A luta pela terra da Fazenda Novo Taipu</i> | 16 |
| 2.4 <i>A luta pela terra do Engenho Novo</i> | 17 |
| 2.5 <i>A luta pela terra do Quinhão 9C do Engenho Novo</i> | 18 |
| 2.6 <i>A luta pela terra do Quinhão 9B do Engenho Novo</i> | 19 |
| Capítulo 3: Organização interna dos Assentamentos Rurais | 22 |
| 3.1 A organização interna do Assentamento Antônio Conselheiro..... | 22 |
| 3.2 Organização interna do Assentamento Maravalha..... | 27 |
| 3.3 Organização interna do Assentamento Novo Taipu..... | 30 |
| 3.4 Organização interna do Assentamento Água Branca | 34 |
| 3.5 Organização interna do Assentamento Amarela I..... | 37 |
| 3.6 A organização interna do Assentamento Amarela II | 43 |
| Capítulo 4 - Impactos sociais, econômicos e ambientais da criação de Assentamentos em São Miguel de Taipu – PB | 47 |
| 4.1 Impactos ambientais da criação dos Assentamentos..... | 49 |
| 4.2 Impactos sociais e econômicos da criação dos Assentamentos | 51 |

| | |
|--|----|
| 4.2.1 Impactos fundiáriosda criação dos Projetos de Assentamento | 51 |
| 4.2.2 Impactos demográficosda criação dos Projetos de Assentamento..... | 53 |
| 4.2.3 Impactos da criação dos Projetos de Assentamentosobre a saúde da população assentada..... | 55 |
| 4.2.4 Impactos da criação dos Projetos de Assentamentosobre a educação dos assentados | 56 |
| 4.2.5 Impactos da criação dos Projetos de Assentamentona vida e no trabalho da população assentada..... | 57 |
| 4.2.6 Impactos da criação dos Projetos de Assentamento sobre o comércio e a feira livre | 59 |
| Considerações Finais | 60 |
| Referências..... | 62 |
| Anexos | |

Lista de Figuras

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 - Mapa de Localização do Município de São Miguel de Taipú..... | 6 |
| Figura 2 - Engenho Itapuá..... | 8 |
| Figura 3 - Casa Grande do Engenho Taipu | 8 |
| Figura 4 - Engenho Central..... | 9 |
| Figura 5 - Engenho Oiteiro..... | 9 |
| Figura 6 - Engenho Maravalha | 9 |
| Figura 7 - Sede da Associação dos Trabalhadores Do Assentamento Antônio Conselheiro..... | 22 |
| Figura 8 - Monumento em homenagem ao trabalhador morto no processo de luta. | 23 |
| Figura 9 - Orelhões no Assentamento Antônio Conselheiro..... | 24 |
| Figura 10 - Escola Municipal Beatriz Lopes. Assentamento Antônio Conselheiro. | 25 |
| Figura 11 - Casa do Assentamento Maravalha. | 27 |
| Figura 12 - Plantação de Feijão no Assentamento Maravalha..... | 29 |
| Figura 13 - Criação de gado solto no Assentamento Maravalha..... | 29 |
| Figura 14 - Escola Municipal Novo Taipu. Assentamento Novo Taipu. | 32 |
| Figura 15 - Plantação de milho. Assentamento Novo Taipu..... | 33 |
| Figura 16 - Plantação de abacaxi. Assentamento Novo Taipu. | 33 |
| Figura 17 - Torneiras de abastecimento de água. Assentamento Água Branca. | 35 |
| Figura 18 - Escola Municipal Emília Barbosa Mendes. Assentamento Água Branca. | 36 |
| Figura 19 - Casa de um assentado. Assentamento Amarela I. | 38 |
| Figura 20 - Transporte Escolar oferecido pela Prefeitura de São Miguel de Taipu aos assentados..... | 39 |
| Figura 21 - Escola Municipal Berenice Mindello R. Coutinho. Assentamento Amarela I..... | 40 |
| Figura 22 - Unidade Básica de Saúde. Povoado João Pedro. | 40 |
| Figura 23 - Vasilhames e bombas de pulverização utilizados na aplicação de agrotóxicos..... | 41 |
| Figura 24 - Coleta Seletiva de lixo na Escola Municipal João Henrique da Silva. Assentamento Amarela II. | 44 |
| Figura 25 - Plantio consorciado de feijão e milho. Assentamento Amarela II..... | 45 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|-----------|
| Tabela 1 Município de São Miguel de Taipu | 10 |
| Tabela 2 - Estrutura Fundiária do município de São Miguel de Taipu ó 1995-2006 | 51 |
| Tabela 3 - Evolução da população rural de São Miguel de Taipu entre 1970 e 2010..... | 55 |
| Tabela 4 - Evolução da população urbana de São Miguel de Taipu entre 1970 e 2010..... | 56 |

Lista de Abreviações

IBGE ó Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA ó Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PAøó Projetos de Assentamentos Rurais

STR ó Sindicato dos Trabalhadores Rurais

CPT ó Comissão Pastoral da Terra

Proálcool ó Programa Nacional do Álcool

MST ó Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

FUNAI ó Fundação Nacional do Índio

CUT ó Central Única dos Trabalhadores

ONGøó Organizações Não Governamentais

BR ó Rodovia Brasileira

ATRA B ó Associação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNHR ó Programa Nacional de Habitação Rural

IBAMA ó Instituto Nacional de Meio Ambiente

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

EJA- Escola para Jovens e Adultos

ATER ó Assistência Técnica em Extensão Rural

PT ó Partido dos Trabalhadores

PNAE ó Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

CEASA ó Centrais de Abastecimento S.A.

PDT ó Partido Democrático Trabalhista

PROUNI ó Programa Universidade para Todos

Resumo

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar os impactos sociais, econômicos e ambientais da criação de assentamentos rurais num município paraibano da Zona da Mata, o de São Miguel de Taipu. Do ponto de vista teórico-conceitual, quatro conceitos balizaram o estudo: espaço, território, reforma agrária e assentamento tendo como suporte algumas obras de: Henry Lefebvre (1992 [1974]); Raffestin (1993); Bergamasco, Blancpamard e Chonchol (1997), Oliveira (2007) e Moreira (2002). Os procedimentos e técnicas de pesquisa utilizados foram: a) levantamento bibliográfico e documental; b) levantamento de dados secundários junto ao IBGE e ao INCRA e; c) pesquisa de campo, onde foram investigados seis assentamentos rurais, o que corresponde a 100% dos assentamentos existentes no município.

Constatou-se o acesso à terra por agricultores de base familiar em substituição ao latifundiário produtor de cana e gado, o que promoveu impactos importantes não só no município como no espaço microrregional tais como: a) uma significativa desconcentração fundiária; b) mudanças importantes na paisagem; c) fixação da população no campo e o aumento da população rural; d) melhoria da condição de vida dos camponeses; e) melhoria na proteção e preservação do meio ambiente f) a participação política dos assentados nos Conselhos Municipais, na Câmara Municipal, na luta por direitos, pela preservação do ambiente e pela melhoria das condições de saúde e educação; f) o dinamismo da feira livre do município, do comércio local e de municípios vizinhos. Tais impactos confirmam a importância da reforma agrária para uma reprodução mais digna do campesinato de São Miguel de Taipu, permitindo, como diz Emília Moreira, que se possa acreditar que a criação de assentamentos promove se não uma ruptura revolucionária com o território capitalista, ao menos, a criação de formas alternativas de produção baseadas na preservação da vida e não unicamente na sua exploração. Isso não significa a inexistência de problemas a serem superados como é demonstrado no trabalho.

Palavras chaves: Impactos, Assentamentos, São Miguel de Taipu.

Abstract

This study aims to identify and analyze the social , economic and environmental impacts of the creation of rural settlements in Paraíba municipality in the forest zone , the São Miguel de Taipu . The theoretical and conceptual point of view , four concepts guided the study : space , territory , land reform and settlement . Based primarily on : Henry Lefebvre (1992 [1974]) ; Raffestin (1993) ; Bergamasco , Chonchol and Blancpamard (1997) and Oliveira (2007) . Procedures and research techniques used were : a) bibliographic and documentary b) collection of secondary data from the IBGE and the INCRA and c) field research , where six rural settlements were investigated , which corresponds to 100 % of PA 's in the municipality .

Found that access to land by farmers to replace family-based landowner producer of sugarcane and cattle made important impacts not only in the city and in the region such as : a) the land devolution b) significant changes in the landscape, c) fixing population in the field and increasing rural population , d) improving the living condition of the settlers , e) improving the protection and preservation of the environment f) the political participation of the community in the municipal councils , the camera in the struggle for rights , the preservation the environment and the improvement of health and education ; f) the dynamism of free county fair , local businesses and neighboring municipalities . Such impacts confirm the importance of agrarian reform a worthy reproduction of the peasantry of San Miguel de Taipu , allowing as Emilia Moreira says , if you can believe it promotes the creation of settlements is not a revolutionary break with the capitalist territory , at least , the creation of alternative forms of production based on the preservation of life and not just on his farm . This does not mean the absence of problems to be overcome to overcome as demonstrated in the work.

Keywords: Impacts, Settlements, San Miguel de Taipu.

Introdução

Há duas questões relacionadas à propriedade da terra no Brasil cujas raízes estão relacionadas ao processo histórico de produção do espaço agrário brasileiro e constituem a base dos conflitos sociais que se desencadearam ao longo do tempo no campo: a concentração fundiária e o caráter privado da propriedade da terra (LISBOA; CORREIA; MOREIRA, 2012).

De acordo com Strazzacappa (2006), apesar da questão agrária se fazer presente nas oito constituições promulgadas a partir da proclamação da Independência do Brasil, a legislação brasileira não foi capaz de por fim à propriedade privada da terra, nem de garantir o acesso à terra a quem nela trabalha. Na verdade o que tem se observado é a multiplicação dos conflitos de terra comprovando que, ao contrário do que foi difundido no início da década de 1990, a questão agrária continua atual no país.

De fato, segundo Moreira (2004),

No início dos anos de 1990 o debate sobre a questão agrária é visto como ultrapassado por alguns representantes da comunidade acadêmica, de órgãos governamentais e do agronegócio. Em defesa dessa tese argumentava-se que: a) já se conseguira uma revolução na agricultura que permitira uma elevação considerável da produção tanto de grãos como animal, através do processo de modernização agrícola; b) o crescimento da economia urbana já teria enxugado o excesso de população do campo; c) a consolidação da grande propriedade é fundamental para a elevação da produtividade já que a pequena propriedade seria incompatível com o processo de tecnificação. Por estas razões, o debate sobre a questão agrária estaria superado e a reforma agrária transformara-se num mito que teria sido destruído pela consolidação do capitalismo na agricultura brasileira. (...) Os fatos analisados em profundidade, não só desmentem a argumentação da superação da questão agrária em decorrência do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, como evidenciam os efeitos perversos desse processo. Demonstrem também que as disputas territoriais entre o agronegócio e a agricultura camponesa colocam na ordem do dia a questão agrária brasileira e expõem a contradição existente no desenvolvimento do capitalismo no campo, a luta dos trabalhadores contra esta lógica e o papel do Estado consolidador de políticas públicas que fortalecem o domínio do capital agropecuário (p.2).

Na verdade, a ação do Estado brasileiro tem se limitado à desapropriação de terras e à criação de assentamentos rurais nas áreas onde a violência dos donos, da polícia e da justiça não é capaz de calar os trabalhadores e impedir a continuidade da luta.

Na Paraíba, segundo Rodrigues (2012), entre 1970 e 2008 mais de 200 conflitos agrários tiveram lugar muitos dos quais deram origem a Projetos de Assentamentos.

Destes, 5 deram origem a assentamentos no município de São Miguel de Taipu entre 1995 e 2005. Apenas um dos assentamentos surgiu sem confronto com os proprietários. A CPT acompanhou e acompanha até hoje os trabalhadores na luta pela terra e para permanecer na terra.

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da criação desses assentamentos tanto para o município como para a população assentada.

Do ponto de vista teórico-conceitual, quatro conceitos balizaram o estudo: espaço, território, reforma agrária e assentamento tendo como suporte algumas obras de: Henry Lefebvre (1992 [1974]); Raffestin (1993); Bergamasco, Blancpamard e Chonchol (1997), Oliveira (2007) e Moreira (2002).

Com relação ao espaço adotamos a noção de espaço social formulada por Henry Lefebvre (1992 [1974] p.26). Para ele o espaço social é um produto social que abriga as relações sociais e não pode ser resumido ao espaço físico, uma vez que se trata do espaço da vida social. A base do espaço social é o espaço físico, que foi transformado pelo homem através do trabalho. Somente o homem é capaz de produzir espaço através do trabalho. Segundo Lefebvre (1992 [1974] p.70), a natureza oferece recursos para uma atividade criativa e produtiva desempenhada pelo homem. O espaço social é entendido ainda por Lefebvre a partir de dois tipos de relações a partir das quais o homem interage e modifica a natureza: a) as relações sociais de produção; b) as relações de produção, onde a divisão do trabalho e sua forma de organização se dão na forma de funções hierárquicas. (1992 [1974] p.32). Ainda de acordo com Lefebvre, é o modo de produção que vigora em cada sociedade quem determina a produção do espaço. A produção espacial depende da forma que o espaço foi produzido através do processo de produção, e ao mesmo tempo, é o modo de produção que dá suporte ao desenvolvimento da produção do espaço. O espaço social inclui objetos naturais e sociais, os quais também são relações; ainda agrupa coisas produzidas e envolve inter-relações, que permitem ações de produção e também de consumo.

No que se refere ao território, este é concebido segundo Raffestin (1993), como:

Uma porção do espaço resultante de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. (...). O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que por consequência revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a

prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si (p.143-144;).

Para Raffestin o território é caracterizado por relações de poder que ocorrem em uma dada porção do espaço. Tais relações se exprimem através de um conflito de classes onde uma classe tenta se apropriar de alguma porção do espaço dominada e apropriada por uma classe antagônica. Desta forma, entendemos os assentamentos rurais como frações do território, por serem fruto do enfrentamento entre classes sociais antagônicas: a dos proprietários capitalistas e a dos camponeses.

No Brasil, a apropriação de uma porção do território capitalista pelos camponeses a partir da luta por terra com ou sem enfrentamentos origina o Assentamento. No contexto da reforma agrária, o termo assentamento está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada. (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CHONCHOL, 1997). Para Bergamasco e Norder (1996) de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (p.38). Segundo Bergamasco, Blancpamard e Chonchol (1997, 45),

os assentamentos são centros estratégicos no quadro das transformações da questão agrária brasileira. Fazem parte de uma nova forma de integração da população rural, num contexto de redistribuição da propriedade fundiária partindo da transferência da população beneficiária, conseqüentemente, sua readaptação num novo espaço de vida e de trabalho.

Para o INCRA o assentamento rural surge após a desapropriação de um imóvel e a fixação do trabalhador, a partir da criação do Projeto de Assentamento. Este,

é criado a partir da desapropriação, aquisição ou transferência de um imóvel improdutivo, acima dos 15 módulos fiscais, destinado ao assentamento de famílias, no objetivo de torná-lo produtivo, adequando-se ao programa de reforma agrária, através do Governo Federal. Desta forma, o Assentamento é o local onde as famílias, aderindo ao processo de reforma agrária, irão encontrar condições de moradia, trabalho e constituição de renda para sua manutenção, cabendo ao INCRA, oferecer a infraestrutura básica¹ (depoimento concedido pelo técnico do Incra-PB, Jorge Luís de Sousa Lima a Freitas, E. , em 2001).

Desse modo, para o Estado, o assentamento é, segundo Fernandes (1999, p.21), um projeto social, resultado da política de reforma agrária, em que o mesmo intervém

¹ Para o INCRA, infraestrutura básica, significa: abertura de estradas para acesso ao projeto de assentamento, eletrificação rural, água para consumo humano, financiamento da produção, créditos de instalação e investimentos através Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

numa determinada área para regularizar problemas de ordem fundiária. Esta, porém não é a compreensão dos movimentos sociais para os quais o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência (FERNANDES, 1999, p.21). Assim sendo, segundo Moreira (2013) os trabalhadores sem terra e os assentados são, antes de tudo, sujeitos sociais e sujeitos coletivos envolvidos na luta pelos direitos a uma cidadania plena.

É importante ressaltar que a criação de assentamentos rurais deve estar intimamente relacionada com a criação de mecanismos que permitam que o camponês se desenvolva a partir da parcela de terra conquistada. Criar assentamentos rurais e não oferecer mecanismos favoráveis ao desenvolvimento do camponês é como dar a vara e não ensinar a pescar. Por conseguinte, segundo Moreira (2013) distribuir terras sem oferecer as condições objetivas para a recriação camponesa na terra não é suficiente para justificar um processo de reforma agrária.

Para Oliveira (2007, p.63), a palavra reforma contém o significado de mudança de uma estrutura pré-existente, em outro sentido determinado. A reforma agrária implica, portanto, na ideia de renovação da estrutura fundiária vigente. Desse modo, para o autor, realizar uma reforma agrária significa efetuar redistribuição fundiária. O seu objetivo é proporcionar a redistribuição de propriedades rurais de forma mais justa para que a terra cumpra a sua função social que é a de produção de alimentos. Na verdade consideramos que para além dessa percepção, o papel central da reforma agrária é contribuir com a melhoria da qualidade de vida do homem do campo e garantir o bem estar da população através de mecanismos impositivos de distribuição da terra e da renda.

Para o Estatuto da Terra (1964) a reforma agrária deve (...) estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (ESTATUTO DA TERRA, 1964, Art. 16).

Oliveira e Rodrigues (2004) afirmam que a reforma agrária visa estabelecer a viabilidade econômica da agricultura de base familiar, visto que uma das formas mais eficientes de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população é através do acesso a novas oportunidades de geração de emprego e de renda. Daí a importância de estudos que permitam levantar os êxitos e os problemas resultantes de sua realização para subsidiar ações que contribuam para seu aprimoramento.

Com base nesses pressupostos e visando alcançar o objetivo proposto, uma série de procedimentos e técnicas de pesquisa foram utilizados pela pesquisa tais como: a) levantamento bibliográfico e documental; b) levantamento de dados secundários junto ao IBGE e ao INCRA; c) pesquisa de campo. Foram realizados dez trabalhos de campo durante o período de 2012 a 2013. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a entrevista semi-estruturada, realizada com assentados, presidentes das Associações dos seis assentamentos investigados, com professores das escolas dos PAs, com o Padre João Maria, pároco do município, com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e com alguns agentes de saúde dos PAs. Entrevistas estruturadas em forma de questionário foram aplicadas junto a 10% das famílias assentadas em cada PA. Entrevistas livres foram efetuadas ainda no comércio e na feira livre da cidade com comerciantes, feirantes e consumidores. Realizamos também uma ampla documentação fotográfica.

A pesquisa adota a metodologia construída por Moreira (1997) para estudar a luta pela terra e pela vida na terra em áreas de assentamento criados a partir de conflitos ou sem conflitos. Parte-se da recuperação da organização da produção e do trabalho nos imóveis que originaram os assentamentos antes de sua criação dando ênfase às relações de trabalho pré-existentes até alcançar o motivo da eclosão do conflito; reconstitui-se a história do conflito com base na história oral e na documentação consultada até a criação do assentamento. Em seguida foca-se o assentamento desde o início de sua implantação enfatizando a organização da produção e do trabalho, os aspectos sociais, econômicos e políticos que o caracterizam e, por fim, entrevista-se 10% das famílias assentadas para entender de modo mais minucioso as mudanças que se processaram em suas vidas. A partir de então cada pesquisador foca e aprofunda um aspecto que deseja dar relevância (juventude assentadas; cooperação nos PAs; tecnologias utilizadas, a questão política etc...) (MOREIRA, 1990, p.3).

Tendo como base a metodologia citada o texto está desenvolvido em quatro sessões além da Introdução e das Considerações Finais. A primeira sessão apresenta alguns aspectos da organização do espaço agrário do município de São Miguel de Taipu. A segunda recupera a história da luta pela terra que deu origem a criação dos assentamentos do município. A terceira apresenta a organização interna dos Assentamentos Rurais. A quarta sessão analisa os impactos sociais, econômicos e ambientais da criação dos assentamentos.

Capítulo 1. A organização do espaço agrário de São Miguel de Taipu

Este capítulo aborda alguns aspectos da organização do espaço agrário do município de São Miguel de Taipu buscando desvendar a sua dinâmica desde antes dos anos de 1970 até o momento de eclosão da luta pela terra.

1.1 Aspectos locacionais

O município de São Miguel de Taipu acha-se localizado na Mesorregião da Mata Paraibana, Microrregião de Sapé, a 55 quilômetros da capital do estado da Paraíba. Com 92 km² ele se situa na várzea de um dos principais rios que cortam a região, o rio Paraíba. Os dados históricos revelam que os engenhos foram os elementos da atividade econômica que propiciaram a sua formação territorial após a fase pré-cabralina.

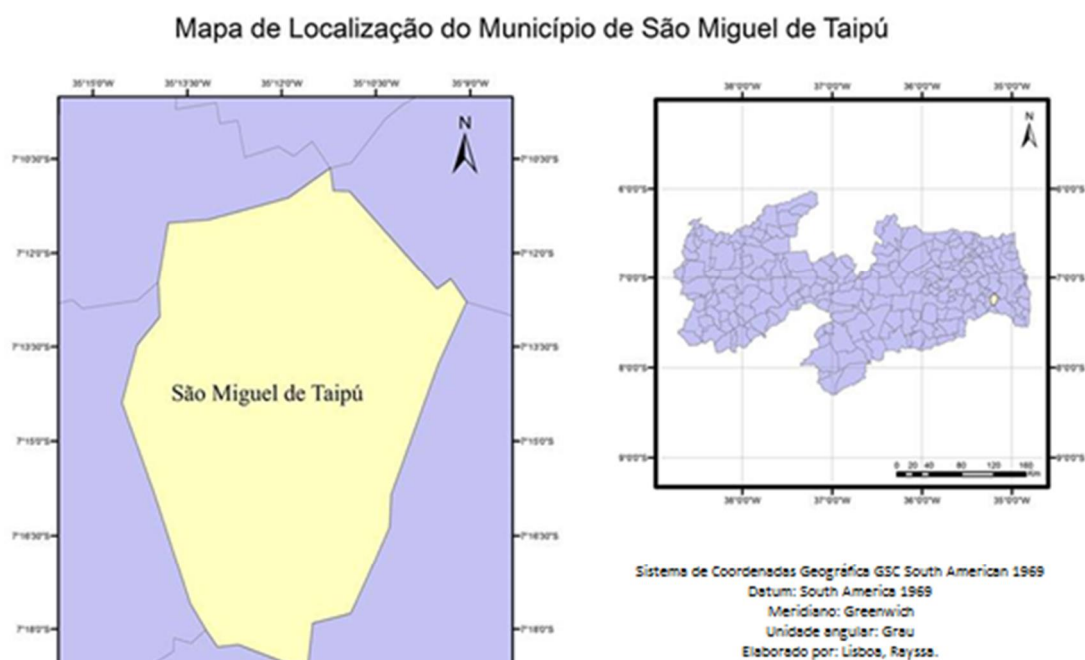


Figura 1 - Mapa de Localização do Município de São Miguel de Taipú

1.1 A organização tradicional do espaço agrário

O espaço agrário de São Miguel de Taipu até 1979 era dominado por 7 engenhos: o Engenho Itapuá, o Engenho Lagoa Preta, o Engenho Oiteiro, o Engenho Novo, o Engenho Maravalha, o Engenho Taipu e o Engenho Corredor. Nesses engenhos viviam e/ou trabalhavam centenas de famílias camponesas na condição de moradores de condição, de parceiros ou de semi-assalariadas.

a) o Engenho Itapuá, que tem seu nome relacionado a uma tribo indígena que viveu na região. Esse engenho chegou a ser visitado por Dom Pedro II e é um dos engenhos mais antigos da várzea do Rio Paraíba. Ele localizava-se à margem direita de quem desce e a margem esquerda de quem sobe o Rio Paraíba no sentido João Pessoa x sertão paraibano (AGUIAR, sd, sn). A casa grande foi uma das que serviram de inspiração a Zé Lins do Rego para escrever o romance *Menino de Engenho*. O Engenho Itapuá foi também palco do filme do mesmo nome;

b) o Engenho Lagoa Preta que recebeu esse nome por causa de uma lagoa que existia atrás do engenho e que tinha a água muito turva. Não se sabe exatamente a data de fundação desse engenho, sabe-se que este foi comprado por uma família de sertanejos paraibanos que procuravam terras mais próximas do litoral, por conta da facilidade de escoar a produção para o Porto da Capitania;

c) o Engenho Oiteiro, que em meados do século XVI era um engenho de fabricação de açúcar, e situava-se na transição para a região do Agreste. Em tupi guarani, o seu nome significa uma colina, pequena elevação de terra. O principal dono do engenho foi o casal Lourenço Bezerra de Albuquerque Melo e Luzia Lins Cavalcanti de Albuquerque;

d) o Engenho Novo, de propriedade do casal Joaquim Francisco Lins e Maria de Carvalho César. O engenho funcionou até meados dos anos de 1970, encerrando a fabricação de açúcar e aguardente tendo sido adquirido pela família da oligarquia rural mais importante do estado à época, a família Ribeiro Coutinho;

e) o Engenho Maravalha, cujo nome significa o graveto de fogo, acendalha. Os primeiros donos foram João Lins Cavalcanti e Luzia Lins da Veiga Pessoa. Não se tem exatidão sobre a data de fundação do engenho, sabe-se apenas que ele foi construído com material pouco resistente e que devido a isto a sua Casa Grande não mais existe;

f) o Engenho Taipu, tem seu nome relacionado aos índios tapuias. Ele pertenceu a família Lins, vinda de Pernambuco no início do século XX;

g) o Engenho Corredor era o pai de todos os engenhos que existiam na várzea do baixo rio Paraíba. Era um engenho com muitos escravos que eram muito bem tratados pelos seus senhores, chegando alguns a viver mais de cem anos. A maior parte das terras do engenho localizava-se no município de São Miguel de Taipu.



Figura 2 - Engenho Itapuá

Fonte: <http://saomigueldetaipu.blogspot.com.br/2009/07/cidade-de-sao-miguel-de-taipu.html>



Figura 3 - Casa Grande do Engenho Taipu

Fonte: <http://saomigueldetaipu.blogspot.com.br/2009/07/cidade-de-sao-miguel-de-taipu.html>



Figura 4 - Engenho Novo

Fonte: <http://saomigueldetaipu.blogspot.com.br/2009/07/cidade-de-sao-miguel-de-taipu.html>



Figura 5 - Engenho Oiteiro

Fonte: <http://saomigueldetaipu.blogspot.com.br/2009/07/cidade-de-sao-miguel-de-taipu.html>



Figura 6 - Engenho Maravalha

Autor: Fernando Targino da Cunha.

Fonte: <http://saomigueldetaipu.blogspot.com.br/2009/07/cidade-de-sao-miguel-de-taipu.html>

O principal engenho era o Taipu, e foi através dele que surgiu o núcleo habitacional que deu origem ao município. Os engenhos além de plantarem cana também criavam gado. Nesses engenhos viviam centenas de moradores que em troca de um sítio pagavam um dia de trabalho gratuito aos patrões. Segundo depoimento de uma filha de

antigos moradores do engenho Maravalha em entrevista concedida a Emília Moreira em 2012, alguns proprietários não aceitavam facilmente moradores no interior da propriedade cedendo casas para eles residirem na cidade. Eles também não cediam terras para os trabalhadores os quais eram pagos com um pequeno salário. Estes se quisessem ter um roçado para plantar alimentos, tinham que solicitar terra a outros proprietários a quem pagavam uma renda em produto. Nesse caso o nível de exploração do trabalho e a pobreza eram muito grandes.

No que se refere à estrutura fundiária, tomando por parâmetro o ano de 1970, verifica-se que os estabelecimentos agrícolas com menos de 50 hectares eram bastante numerosos. Eles correspondiam a 584 e representavam 97,7% do total de estabelecimentos agrícolas existentes no município (Tab. 1).

Tabela 1 Município de São Miguel de Taipu

| Classes de área (ha) | Estabelecimentos | % | Área | % |
|-----------------------------|-------------------------|---------------|-------------|---------------|
| Menos de 1 ha | - | - | - | - |
| De 1 a menos de 2 ha | 114 | 19,06 | 138 | 1,85 |
| De 2 a menos de 5 ha | 371 | 62,04 | 1032 | 13,86 |
| De 5 a menos de 10 ha | 84 | 14,05 | 497 | 6,67 |
| De 10 a menos de 20 ha | 14 | 2,34 | 156 | 2,09 |
| De 20 a menos de 50 ha | 1 | 0,17 | 36 | 0,48 |
| De 50 a menos de 100 ha | 2 | 0,33 | 184 | 2,47 |
| De 100 a menos de 200 ha | 3 | 0,50 | 450 | 6,04 |
| De 200 a menos de 500 ha | 5 | 0,84 | 1054 | 14,15 |
| De 500 a menos de 1000 ha | 3 | 0,50 | 1900 | 25,51 |
| De 1000 a menos de 2000 ha | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| De 2000 a menos de 5000 ha | 1 | 0,17 | 2000 | 26,86 |
| TOTAL | 598 | 100,00 | 7447 | 100,00 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1970.

A área ocupada por estes estabelecimentos, de 1.859 hectares, representava 25% ou $\frac{1}{4}$ do total da área agrícola do município. Os estabelecimentos com 2 a menos de 5 hectares eram os mais numerosos, correspondendo a 371 e ocupando uma área de 1.032 hectares o que equivale a 13,9% da área agrícola do município. Em termos de número segue em ordem de importância os estabelecimentos com área de 1 a menos de 2 hectares e os com área de 5 a 10 hectares (Tab. 1). Existia apenas 1 estabelecimento com área entre 20 e menos de 50 hectares.

Esses dados são demonstrativos da forte presença do campesinato nesse município ocupando uma área muito pequena em relação à área agrícola total. Eles comprovam o que foi colocado anteriormente sobre o grande número de sítios existentes no interior dos engenhos ocupados pelos moradores de condição.

Os estabelecimentos com 50 a menos de 200 hectares, considerados de tamanho médio, somavam 5, correspondendo a 0,8% dos estabelecimentos do município. Eles ocupavam uma área de 634 hectares, correspondendo a 8,5% da área agrícola municipal. Desta forma, esses estabelecimentos de médio porte, representavam um pequeno impacto na estrutura fundiária municipal.

Já os estabelecimentos com 200 a menos de 5000 hectares, que totalizavam 9 e correspondiam a apenas 1,5% do total dos estabelecimentos agrícolas do município, e ocupavam a maior parte da sua área agrícola, isto é, 4.954 hectares, ou seja 66,5% do total. Chama a atenção o fato de apenas 1 estabelecimento se apropriar de quase 27% da área agrícola do município (Tab.1)

Se somarmos as médias e grandes propriedades, elas totalizam 14 unidades de produção, e ocupavam juntas, 75% da área agrícola do município de São Miguel de Taipu, o que nos permite afirmar que a concentração fundiária no município em 1970 era muito elevada. O índice de Gini girava em torno de 0,727.

Até então a organização agrária municipal reproduzia a lógica descrita dos latifúndios canavieiros e pecuaristas ou só pecuaristas onde trabalhavam e viviam a maior parte da população camponesa de São Miguel de Taipu.

1.2 As mudanças na organização do espaço agrário a partir de 1970

Entre 1970 e 1990, muitos trabalhadores dos engenhos e fazendas foram expulsos do campo no bojo do processo de expansão da atividade canavieira promovida pelo

Proálcool e da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. O período de maior decréscimo da população rural do município se deu justamente na fase de apogeu desse Programa, entre 1970 e 1980 quando esta se reduziu em mais de 60%. Essa queda da população rural também se verificou na década seguinte quando a população rural decresceu mais de 20%.

A elevada concentração fundiária, o desemprego, as condições de extrema exploração do trabalho, a falta de terra para plantar foram fatores desencadeantes da luta pela terra no município.

Na década de 1990, os trabalhadores sem terra se organizaram com o apoio da CPT e do MST com o apoio irrestrito da paróquia local, para lutar pelo direito à terra. Desta luta resultou a desapropriação de 6 imóveis que deram origem a 6 Projetos de Assentamentos, com uma área total de 3.535,0467 hectares, beneficiando 393 famílias (Quadro 1).

Quadro 1 - Assentamentos rurais do município de São Miguel de Taipu

| Nome do Imóvel | Nome do Assentamento | Área Desapropriada (ha) | Área Medida (ha) | Nº. de famílias assentadas | Decreto de Desapropriação/aquisição ou convênio | Data da Imissão de posse |
|-----------------------|----------------------|-------------------------|------------------|----------------------------|---|--------------------------|
| Eng. Novo Quinhão 9-C | Amarela I | 523,2500 | 527,1 | 54 | 25.03.95 | 01.09.95 |
| Eng. Novo Quinhão 9-B | Amarela II | 523,4500 | 424,4 | 42 | 12.01.95 | 04.10.95 |
| Engenho Itaipu | Novo Taipu | 800,0000 | 839,6 | 60 | 19.08.97 | 18.12.98 |
| Itapuá | Antônio Conselheiro | 930,1400 | 947,3 | 120 | 07.10.99 | 06.01.99 |
| Condominio Tubiacanga | Agua Branca | 523,4500 | 620,7 | 73 | 21.09.04 | 31.05.05 |
| Maravalha | Maravalha | 234,7567 | 234,8 | 44 | Conv-Incra-Estado | Reconhecido |
| 06 Imóveis | 06 PAs | 3.535,0467 | 3.593,9 | 393 | | |

Fonte: INCRA. Demonstrativo das Áreas de Assentamento na Paraíba, 1986-2010.

No próximo capítulo nos detemos na recuperação da história das lutas camponesas que deram origem a esses assentamentos.

Capítulo 2. A luta pela terra no município de São Miguel de Taipu

Neste capítulo nos detemos na apresentação do processo de luta pela terra que deu origem aos projetos de Assentamento de São Miguel de Taipu.

2.1 A luta pela terra da Fazenda Itapuá

Como foi colocado anteriormente, o Engenho Itapuá, é um dos engenhos mais antigos da várzea do Rio Paraíba. Ele pertenceu inicialmente ao senhor de engenho Antônio Correia de Valadares e, originalmente era movido à tração animal.

A luta que culminou com a transformação da fazenda Itapuá em assentamento iniciou-se na região do Agreste Paraibano com a ocupação da destilaria Borborema, localizada no município de Pirpirituba, que se encontrava parada em virtude da crise do Proálcool, na segunda metade dos anos de 1980, por 131 famílias de camponeses apoiadas pelo MST. Doze dias após a ocupação foram despejadas por ordem judicial.

A partir de então passaram a fazer gestão junto ao INCRA visando à desapropriação do imóvel, tendo nesse sentido recebido o apoio de padres, igrejas, da CPT e também da prefeitura de Pirpirituba. Paralelamente voltaram a ocupar por mais quatro vezes a destilaria sendo despejados após cada ocupação.

Foi então que tomaram conhecimento de que o INCRA desapropriaria terras no município de Mamanguape, situado no Litoral Norte da Paraíba e resolveram tentar a sorte por lá.

Passaram por dificuldades como fome e sede pelo caminho e quando chegaram a Mamanguape descobriram que as terras que eles ocuparam não podiam ser desapropriadas, pois pertenciam aos índios tabajaras. Os índios não aceitaram a presença dos camponeses dando origem a um segundo conflito desta feita, entre índios e camponeses resultando na expulsão das famílias da área. Alguns trabalhadores foram feitos reféns pelos índios para garantir a negociação do impasse. As famílias expulsas dirigiram-se então à sede do INCRA e lá acamparam, sendo depois levadas pelo próprio órgão até a Fazenda Maraú situada no município de Cruz do Espírito Santo, onde havia sido criado o Assentamento Canudos.

Com a ajuda dos assentados de Canudos acamparam e começaram a negociar com o INCRA e com a FUNAI, com o apoio de movimentos sociais, a fim de libertar os trabalhadores que ficaram com os índios.

Resolvida a situação, os camponeses iniciaram contatos com os moradores da Fazenda Itapuá em São Miguel de Taipu, onde 32 famílias de moradores encorajaram-se a lutar pela terra. Esta propriedade correspondia ao antigo Engenho Itapoá, que pertencera outrora a um senhor de engenho de nome coronel Ursulino que, segundo contam teria sido o maior alçoz da etnia negra, nos idos tempos da escravidão brasileira aqui na Paraíba. (...) os mais velhos contavam gatos e lagartos sobre as atrocidades cometidas contra os escravos do Itapuá a mando dele (AGUIAR, sd, sp.),

Em janeiro de 1999, das 131 famílias que iniciaram a luta pela terra, restavam 32 acampadas em Maraú, recebendo apoio dos posseiros e moradores da Fazenda Itapuá, e ainda das famílias de trabalhadores sem terra dos municípios de Sapé e de São Miguel de Taipú. Totalizavam 220 famílias, que juntas ocuparam a Fazenda Itapuá, onde montaram acampamento, permanecendo por 15 dias. Mais uma vez foram despejados e retornaram ao Assentamento Canudos onde ficaram por mais 60 dias, mantendo contato com os posseiros e planejando um novo retorno para Fazenda Itapuá.

Em abril de 1999, os trabalhadores realizaram nova ocupação na fazenda, tendo dessa vez o apoio do MST, da CPT, da CUT, da Igreja Anglicana, e também de ONGs, somando ao todo mais de 2000 pessoas. Após um mês de ocupação, foram despejados e acamparam desta feita na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu, onde fizeram manifestações no meio da rua. Foi então que um morador da Fazenda Lagoa Preta, vizinha da Fazenda Itapuá, ofereceu uma área para que fosse montado um acampamento, onde os trabalhadores permaneceram por três meses insistindo em ocupar a fazenda para pressionar uma ação do INCRA.

A vistoria do imóvel foi finalmente realizada e os trabalhadores ganharam força. Mesmo sofrendo ameaças de capangas e do proprietário da fazenda, fizeram a partir de então mutirões para plantar feijão, macaxeira e milho na propriedade. Em 7 de julho de 1999, os pistoleiros que vigiavam a fazenda com trabalhadores juntaram-se aos da Usina São João do mesmo dono, e pulverizaram com veneno forte as plantações que morreram todas. As ameaças de morte se multiplicaram e culminaram num tiroteio promovido pelos capangas do proprietário onde foram disparados mais de 1000 tiros. Desesperados, os camponeses e suas famílias corriam para todos os lados. Foi nesse momento que o

trabalhador sem terra **Antônio Joaquim Teotônio** foi mortalmente ferido. Além dele, mais três trabalhadores foram feridos, mas conseguiram sobreviver.

O fato tomou grande repercussão e a fazenda foi invadida por jornalistas e militantes, além da polícia militar. O corpo do trabalhador morto foi sepultado em sua terra natal, no município de Caiçara em clima de muita revolta. Passada a missa de sétimo dia da vítima, os camponeses entraram com mais coragem na Fazenda Itapuá, mesmo sendo ameaçados por ordem de despejo judicial que finalmente não se deu. No dia 07 de outubro de 1999, a Fazenda Itapuá foi finalmente desapropriada pelo INCRA. A imissão de posse ocorreu em 06 de janeiro de 2000, coincidindo com a publicação da portaria de criação do Assentamento com o nome de Antonio Conselheiro no Diário Oficial.

2.2 A luta pela terra do Engenho Maravalha

Os moradores e foreiros do Engenho Maravalha nele viviam há muito tempo: alguns há cerca de 30 anos e outros há mais de 50 anos. Em 2003, o proprietário resolveu retirar-lhes as terras onde viviam. Os trabalhadores tentaram fazer um acordo, mas a intenção do dono era despejá-los ãem uma ribanceira perto da ruaõ (depoimento de um ex-morador assentado, junho de 2013). Os moradores que viviam dentro da fazenda tinham que pagar um dia de trabalho gratuito ao proprietário da terra para terem o direito de permanecer na propriedade. O dia de trabalho era pago trabalhando na plantação de cana e os demais dias eram trabalhados na roça, perto de casa.

O proprietário justificava que o pedido para os moradores saírem da terra se dava porque uma usina iria ocupar a área da fazenda. Para resistir à expropriação os moradores uniram-se aos foreiros e buscaram apoio de trabalhadores das outras propriedades e de outros assentamentos. Nove assentamentos se uniram para apoiar a luta pela terra. Um dos assentados de Maravalha entrevistado afirma que õse não fosse a pressão que os trabalhadores fizeram junto aos órgãos públicos, as terras jamais teriam sido desapropriadasõ.

A CPT foi de fundamental importância no processo de luta. Era ela quem fornecia o transporte para os trabalhadores irem até o INCRA em João Pessoa, fornecia alimentos quando estavam acampados em frente ao Palácio do Governo do estado e quando ocuparam a sede do INCRA. Atualmente a CPT atua no assentamento de forma muito expressiva na pessoa do Padre João Maria.

A área desapropriada através de um Convênio do Incra com o Governo do estado foi de 234,7 hectares. O Projeto de Assentamento foi criado em 28/09/1995, onde foram assentadas 44 famílias.

Com a desapropriação da Fazenda Maravalha, inicia-se, no ano de 2003, um novo momento de construção dessa fração do território: a criação do Assentamento Maravalha. Todavia, só em 2005 o INCRA reconheceu a desapropriação da fazenda e publicou o decreto de criação do assentamento.

2.3 A luta pela terra da Fazenda Novo Itaipu

A Fazenda Novo Itaipu, remanescente do Engenho Itaipu encontrava-se totalmente improdutiva no final dos anos de 1990, no auge da crise da atividade canavieira. O local estava abandonado e por toda parte o mato tomava conta.

Em 1997, a CPT tomou conhecimento das condições dessa propriedade e junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu, contatou algumas famílias que já tinham sido expulsas de outras propriedades onde trabalhavam, outras que tinham o desejo de ter um pedacinho de terra e já trabalhavam na agricultura como reдеiros (conseguiam um pedaço de terra a cada ano para fazer um roçado o qual era entregue limpo e destocado e com o restolho da plantação de feijão para os proprietários soltarem o gado) submetendo-se às condições de trabalho impostas pelo proprietário da terra.

Várias reuniões tiveram lugar para se discutir a questão da exclusão do direito à terra e para se pensar se as famílias tinham interesse de lutar por aquela propriedade.

Como resultado desse trabalho de base em 19 de abril de 1997 60 famílias ocuparam o imóvel. Três dias após a ocupação, porém elas foram despejadas. Resolveram então montar um acampamento no Assentamento Amarela I, próximo a Fazenda Itaipu. Lá permaneceram por dois anos. Das 60 famílias que participaram da ocupação, 30 permaneceram até o fim. No acampamento as famílias recebiam alimentos da CPT e alguns auxílios do STR.

No processo de luta, capangas contratados pelo neto do proprietário da fazenda, assassinaram um dos camponeses acampados o senhor **Manoel Félix**. Revoltadas as famílias se uniram ainda mais e juntas pressionaram o INCRA para que a terra fosse desapropriada.

Após dois anos de acampamento o INCRA emitiu o primeiro laudo que concluía ser a propriedade improdutiva e passível de desapropriação. A família do fazendeiro recorreu na justiça. Quatro meses depois um segundo e definitivo laudo do INCRA atestou que a terra era improdutiva e deveria ser desapropriada para fins de Reforma Agrária.

Em 19 de agosto de 1997 a Fazenda Novo Itaipu teve seus 839,5 hectares desapropriados. A imissão de posse ocorreu em 18 de dezembro de 1998 e a portaria de criação do Assentamento como o nome de Novo Itaipu foi publicada no diário oficial em 22 de dezembro de 1999.

2.4 A luta pela terra do Engenho Novo

Engenho Novo era uma terra muito grande, eram mais de seis mil hectares que reunia as propriedades Engenho Novo e Tabatinga sendo que a sede ficava no Engenho Novo. As terras da fazenda pertenciam a Usina Santa Rita.

Quando a usina faliu os proprietários acabaram com a plantação de cana e com as áreas de pasto, onde ficava o gado. Porém continuaram cobrando foro dos moradores que permaneceram na propriedade. Com o passar do tempo, os moradores foram vendo a possibilidade de conquistarem a terra, com base no exemplo de moradores de outras propriedades que conseguiram conquistar um pedaço de chão. Além do pagamento do foro, ainda tinha o cambão, que era pago toda semana com um dia de trabalho gratuito na propriedade.

O grande Engenho Novo pertencia a um único dono, o senhor João Crisóstenes Ribeiro Coutinho proprietário da Usina Santa Rita. Ele foi dividido em partes, que com o passar do tempo foram desapropriadas e originaram os PAs Água Branca, Amarela I e Amarela II.

Com a desapropriação de parcela da fazenda para a criação de um assentamento, o Mata de Vara, os moradores da parcela da propriedade, hoje ocupada pelo assentamento Água Branca resolveram também reivindicar a posse da terra. Não houve conflito direto, não houve violência. Os herdeiros da propriedade foram ao local para conversar com os moradores, tentar uma negociação.

Nessa época já existia a Associação dos Trabalhadores Rurais de Água Branca (ATRAM), que foi fundada em 1996, e era a representação dos moradores da fazenda. Os herdeiros da propriedade tinham a intenção de vender a terra aos moradores através do

Banco da Terra. Porém, os moradores recusaram a proposta, pois nenhum deles tinha recurso para comprar a terra, além disso, já tinham direito a terra por usucapião, já que todos nasceram e se criaram no local. Segundo um entrevistado, ãos moradores já tinham conquistado a terra por direito, não era justo ter que fazer empréstimo no banco, se endividar, para comprar o que já era nosso.

A área de 620,7 hectares foi desapropriada pelo INCRA em 21 de setembro de 2004. A imissão de posse se deu em 31 de maio de 2005 e a portaria de criação do Assentamento foi publicada no Diário oficial em 29 de julho de 2005. Nenhum movimento social participou do processo. Foram assentadas 73 famílias.

2.5 A luta pela terra do Quinhão 9C do Engenho Novo

O território pertencente ao Assentamento Amarela I, é fruto da desapropriação do Quinhão 9C da propriedade Engenho Novo onde viviam e trabalhavam moradores de condição que aos poucos foram transformados em foreiros.

A área do Engenho Novo que hoje corresponde ao Assentamento Amarela I, pertencia ao fazendeiro João Crisóstemes Ribeiro Coutinho e a sua esposa Maria Helena Ribeiro Coutinho. Na propriedade os moradores não tinham o direito de trabalhar para si, ão podiam plantar nem um pé de fruta que os proprietários diziam que a terra estava sendo ocupada.

Na fazenda só se plantava cana e todos os moradores tinham que trabalhar nos serviços da cana. Não existia uma relação próxima entre os moradores e os patrões da fazenda.

Quando iniciou a luta pela terra, o proprietário da fazenda morava em João Pessoa e o administrador era quem comandava os serviços da propriedade. O proprietário só vinha aos finais de semana, apenas para fazer alguns pagamentos. Os moradores não estavam mais aguentando as péssimas condições de trabalho e de vida dentro da propriedade e foi a partir disto que eles resolveram se unir e lutar pela terra em que moravam, uns há mais de 60 anos.

Além das péssimas condições de vida, os moradores souberam que o proprietário da fazenda ia vender parte da propriedade para a Usina Giasa (destilaria autônoma de álcool que pertencia a família Tavares de Melo, localizada no município de Pedras de

Fogo-PB)². Então procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu para buscar apoio a fim de reivindicarem a desapropriação do imóvel. Em seguida procuraram a CPT que passou a dar apoio ao movimento iniciado pelos trabalhadores.

A primeira ação dos moradores, orientados pelo STR foi dar entrada junto ao INCRA num processo de solicitação de desapropriação do imóvel. Com o processo aberto, os proprietários procuraram os moradores para tentar fazer um acordo. Ofereceram alguns hectares para cada um comprar. Porém, era um valor absurdo e nenhum morador tinha condição de adquirir terra pelo valor cobrado.

Enquanto o processo de negociação caminhava, houve muita perseguição contra os trabalhadores. Alguns apanharam, foram presos, foram atingidos por bala de borracha, porém não houve morte.

Vendo que os trabalhadores não desistiam da luta os proprietários resolveram negociar a terra com o INCRA. Porém, para não ter que desapropriar toda a propriedade, o proprietário João Crisóstenes Ribeiro Coutinho, repartiu a propriedade com os seus filhos em forma de herança em vida.

A parcela que hoje é ocupada pelo assentamento foi a herança deixada para sua filha, conhecida pelos assentados por Dona Ninosa. Foi com muita luta e dificuldade que os moradores conseguiram a terra. O apoio da CPT foi muito importante, o Padre João Maria já morava em São Miguel de Taipu e fazia parte da CPT, juntamente com a irmã Tânia. O Sindicato na pessoa de Lia, ainda presidente do órgão, ajudou muito no processo de luta.

A Prefeitura de São Miguel de Taipu era contra a luta dos moradores e tentava impedir o processo de desapropriação da terra, pelo fato do prefeito da época ser casado com uma parente do proprietário da fazenda.

O resultado da luta foi a desapropriação do Quinhão 9C do Engenho Novo em 25 de março de 1995. A imissão de posse ocorreu em 1º de setembro e o decreto de criação do PA Amarela I foi publicado em 13 de outubro do mesmo ano.

2.6 A luta pela terra do Quinhão 9B do Engenho Novo

² Atualmente existe ao lado do assentamento, uma plantação de cana que pertence a destilaria GIASA. Trata-se justamente da parcela da propriedade que não foi desapropriada.

João Crisóstenes Ribeiro Coutinho era o dono ainda de uma outra fração da Fazenda Engenho Novo, o Quinhão 9B ou Fazenda Amarela. Com a sua morte, seu irmão conhecido por ôZé Painhaô vendeu as terras da fazenda para o agropecuarista José de Melo.

Os atuais assentados do Assentamento Amarela II são filhos dos moradores da fazenda Amarela que pertencia ao Engenho Novo. Os assentados em sua maioria nasceram e se criaram na propriedade. Alguns começaram a trabalhar junto com os pais com apenas 10 anos de idade.

Na fazenda só existia plantação de cana de açúcar. Os moradores trabalhavam fazendo todo tipo de serviço na cana. Eles tinham que trabalhar de graça para o dono da fazenda para ter o direito de morar dentro da terra. Além do cambão, os moradores ainda tinham que pagar o foro.

Quando era no tempo de colheita da cana os moradores só trabalhavam com isso, e não podiam fazer nada mais. Alguns moradores que tinham filhos crescidos tinham como ter uma roça perto de casa porque os filhos cuidavam. Os que não tinham filhos crescidos não tinham como ter roçado porque passavam o dia trabalhando na cana da fazenda.

Chegou um determinado tempo em que os donos da propriedade foram diminuindo os serviços na fazenda, e venderam uma parte da terra, que é exatamente a parte onde os assentados vivem hoje. O novo dono da fazenda, não deixava os moradores trabalhar. Só alguns ainda mantinham um roçado muito pequeno perto de casa.

O novo proprietário não plantava cana, criava gado. A fim de expandir a área de pasto, tentou expulsar os moradores. Para alguns moradores, o fazendeiro prometeu casas na rua, na cidade, e os que aceitaram saíram da propriedade. Os que não aceitaram a proposta continuaram na terra. Foram esses que começaram a se organizar para lutar pela terra, pois não tinham para onde ir. Se fossem para a cidade não teriam em que trabalhar.

Em 1994, os moradores entraram com a solicitação de desapropriação da propriedade ao INCRA. Em 1995 eles foram credenciados e cadastrados no INCRA como assentados. Em 1996 os lotes já estavam demarcados e os assentados já receberam os primeiros créditos para começar a trabalhar. Não houve nenhum tipo de violência, nem de ameaça. Como se vê a transformação da fazenda em assentamento não foi um processo demorado, pois logo o INCRA aprovou a desapropriação e os moradores ganharam o direito de permanecer na terra.

As casas, antes de taipa ou de palha, passaram a ser de alvenaria. O INCRA também loteou a propriedade. O Sindicato deu muito apoio ao assentamento e sempre esteve dentro ajudando no que era preciso. A CPT, através do Padre João Maria, atuou diretamente com os moradores nessa luta, participando das reuniões e, a todo o momento, dando apoio. A Prefeitura do município em nenhum momento se envolveu com a luta dos moradores.

A área de 424,4 hectares correspondente ao Quinhão 9B da Fazenda Engenho Novo foi desapropriada pelo INCRA em 04 de outubro de 1995 dando origem ao PA Amarela II. A imissão de posse se deu em 10 de novembro de 1995 e a portaria de criação do Assentamento foi publicada no Diário Oficial em 13 de novembro de 1995. Foram assentadas 42 famílias, destas 37 eram antigas moradoras.

Do exposto verifica-se que a luta pela terra no município de São Miguel de Taipu esteve historicamente relacionada a atividade canavieira. O espaço agrário do município surge envolvido por engenhos de açúcar movidos a água e a tração animal e à exploração do trabalho. O detonador da luta por terra contraditoriamente foi a crise da atividade canavieira e não simplesmente sua expansão. A venda da terra a terceiros e a necessidade do novo dono oílimparö a terra foi outro fator. No fundo porém a forte concentração fundiária, a alienação do trabalho e a exploração à qual estão sujeitos os camponeses sem terra estão na base dos conflitos agrários.

Capítulo 3: Organização interna dos Assentamentos Rurais

Neste capítulo busca-se descrever a organização interna dos Assentamentos Rurais criados no município de São Miguel de Taipu, enfatizando tanto os aspectos sociais, econômicos e culturais quanto os aspectos ambientais.

3.1 A organização interna do Assentamento Antônio Conselheiro

Criado o Assentamento, nele foram assentadas 120 famílias, das quais 22 eram antigas moradoras da fazenda, 31 eram famílias sem terra dos municípios vizinhos (Conde, Alhandra, Santa Rita, João Pessoa e Mamanguape) que participaram da luta e o restante eram famílias sem terra de municípios do Agreste (Caiçara, Campina Grande, Sertãozinho, Pilõezinho e Pirpirituba), do Brejo (Borborema), do Sertão (Princesa Izabel) e até do estado de Pernambuco (Alagoinha e Itambé).

Em 16 de março de 2000, foi fundada a ASTAC (Associação dos Trabalhadores do Assentamento Antônio Conselheiro).



Figura 7 - Sede da Associação dos Trabalhadores Do Assentamento Antônio Conselheiro.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

O Assentamento recebeu o nome de Antônio Conselheiro em homenagem ao trabalhador assassinado durante a luta, **Antônio Joaquim Teotônio** (também conhecido por **Antônio Conselheiro**).



Figura 8 - Monumento em homenagem ao trabalhador morto no processo de luta.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

O PA localiza-se às margens da BR-230 margeando a esquerda o Rio Paraíba no sentido João Pessoa Campina Grande, a 7 quilômetros da sede do município de São Miguel de Taipu. Foram construídas 120 casas com o crédito de habitação parte das quais situa-se em duas agrovilas que abrigam 84 famílias. As demais foram construídas nos lote onde foram assentadas as outras 36 famílias.

Em 2013, as famílias que vivem nas agrovilas estavam sendo deslocadas aos poucos para os lotes pelo fato das casas, no ano de 2010, terem sido inundadas com a subida do nível do rio Paraíba que está situado a apenas 23 metros delas. A construção das casas é de responsabilidade do INCRA-PB em parceria com a Caixa Econômica Federal. Os recursos serão disponibilizados através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O PNHR conta com recursos de R\$ 15 mil reais para construção de cada casa, sendo que cada família terá de pagar o valor de R\$ 2 mil reais em um prazo de quatro anos. Para o INCRA essa foi a melhor solução encontrada para remover as famílias que vivem em situação de risco.

A área do assentamento é de 930,14 ha, dos quais 224,0 ha são de reserva ambiental, 540,0 hectares são de lotes com área média de 4,5 hectares e o restante da área é ocupada pela sede da Associação, por explorações coletivas, por 04 igrejas (duas igrejas católicas datadas de 1810, uma anglicana, e uma da Assembleia de Deus), pela casa sede da antiga fazenda, currais e duas barragens.

A área de reserva legal ou de preservação ambiental corresponde a um remanescente da Mata Atlântica e fica numa área de transição com o Agreste Acatingado podendo-se observar uma mistura de espécies vegetais da Mata Atlântica (a exemplo do pau d'arco) com espécies arbóreas da catinga (angico, aroeira, juazeiro e jatobá). Já houve roubo destas madeiras por pessoas da vizinhança, porém os assentados não

consideram essa ação frequente e afirmam que estão sempre vigilantes, para alertar o IBAMA em caso de necessidade.

O assentamento tem uma população estimada de 600 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Cada uma das famílias é composta por 5 pessoas em média.

Quanto à questão de infraestrutura as estradas de acesso até o assentamento são boas, asfaltadas, porém as estradas vicinais internas encontram-se em péssimas condições, intrafegáveis no inverno. Todo o assentamento conta com energia elétrica garantida pelo Programa do Governo Federal Luz para Todos após reivindicações dos assentados junto à Associação do Assentamento, à Energisa e à Prefeitura de São Miguel de Taipu.

Quase todos os assentados possuem celular, mas só têm acesso a uma única operadora de telefonia a Oi. O assentamento ainda conta com alguns orelhões.



Figura 9 - Orelhões no Assentamento Antônio Conselheiro.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

Em 2006, o diretor-executivo da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Danilo Forte, inaugurou o sistema de abastecimento de água no Assentamento. Esse projeto beneficiou com água tratada e de boa qualidade as famílias que moram na agrovila antes obrigadas a percorrer diariamente cerca de três quilômetros para obter água de barreiros. As famílias que moram nos lotes ainda não têm acesso ao abastecimento de água encanada e ainda percorrem vários quilômetros para buscá-la. Alguns lotes possuem nascentes, córregos ou riachos, em seu interior. Há dois anos foram construídas dentro do assentamento cerca de 15 cisternas que são de uso comunitário e nos períodos de seca são abastecidas por carros pipa enviados pela prefeitura do município, mas ainda é insuficiente.

O assentamento não possui uma rede de esgotamento sanitário, os esgotos dos banheiros são feito através de fossas, a água utilizada no banho e na cozinha é escoada para os quintais das casas.

O transporte utilizado é o ônibus, lotações ou moto-táxis. Alguns assentados possuem transporte próprio e a prefeitura de São Miguel de Taipu disponibiliza aos domingos um ônibus que os leva e trás para a feira do município. O transporte escolar para quem estuda na zona urbana também é feito por um ônibus cedido pela prefeitura do município. O serviço de Correio somente é possível na cidade de São Miguel de Taipu ou em cidades vizinhas.

Dentro do assentamento existe uma escola, a Escola Municipal Beatriz Lopes, com prédio próprio em fase de conclusão. Ela conta com 4 professores e abriga alunos do ensino infantil até o 5º ano, sendo alguns provenientes de outras áreas da zona rural próxima. A escola é mantida pela Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu, que oferece material escolar e merenda. Nela ainda funciona, no período noturno, um curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Figura 10 - Escola Municipal Beatriz Lopes. Assentamento Antônio Conselheiro.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto 2013.

Dentro do assentamento existe um Posto de Saúde que funciona desde 2006 com as seguintes especialidades médicas: clínica geral, ginecologia e pediatria. O posto de saúde atende também pessoas advindas de sítios vizinhos. O assentamento conta ainda com um agente de saúde. Procedimentos odontológicos e exames oftalmológicos são oferecidos somente na sede do município.

A diversão e o lazer estão relacionados ao futebol, aos bares e aos banhos no rio Paraíba. Os assentados fazem mutirões para trabalhos de limpeza dos açudes e fiscalização das matas para evitar roubos de madeira. Durante o primeiro ano da criação

da Associação, ocorriam mutirões para produção, o que não mais acontece. As reuniões da Associação ocorrem mensalmente em uma assembleia sempre no primeiro domingo do mês. Das 120 famílias associadas uma média de 20 a 50 se faz presente regularmente nas reuniões.

Dentro da Associação ainda existem 10 grupos cada um com 12 assentados e 1 coordenador que discutem as demandas da comunidade e assuntos de interesse de todos. Essas demandas são repassadas para a diretoria da Associação que toma as posições cabíveis. Todos os membros da Associação já participaram de cursos de gestão de associação e apesar da limitação do analfabetismo são capacitados para desempenhar suas funções.

No que se refere à produção agropecuária, a base da produção são as culturas alimentares tais como: macaxeira, feijão, milho, batata-doce, mandioca, fava e jerimum. Plantam também o inhame e o abacaxi. As culturas mais importantes do ponto de vista comercial são a mandioca, o abacaxi, o inhame e o milho. As lavouras são exploradas em regime de sequeiro utilizando a mão de obra familiar. Constatou-se que dois assentados possuem pequenos sistemas que captam água do rio Paraíba e utilizam para irrigar suas lavouras principalmente o abacaxi e a mandioca. O uso de agrotóxico é muito pequeno. Porém os que usam não têm nenhum cuidado. São utilizados tratores cedidos pela prefeitura para preparação do solo, além do uso de enxada.

Os assentados criam bovinos na corda ou soltos, caprinos e ovinos, estes últimos voltados para a comercialização. Criam aves, principalmente para o consumo familiar, e equinos para ajudar nos serviços e para ser usado como transporte. A comercialização da produção depende quase integralmente do atravessador. O destino da produção agrícola são as feiras de Sapé, Santa Rita, Bayeux e João Pessoa. A mandioca é vendida em grande parte para casas de farinhas de Itambé, município do estado de Pernambuco.

A assistência técnica é oferecida pelos técnicos da CONSPLAN (Assistência Técnica, Consultoria e Planejamento Agropecuário LTDA), que é uma empresa terceirizada pelo INCRA. Técnicos da EMATER ou da ATER desenvolvem algum tipo de assistência no assentamento quando são convidados pela Associação. A EMATER faz a distribuição de sementes e seus técnicos dão palestras ou cursos relacionados à agropecuária.

Na comunidade as festas populares, brincadeiras como pau-de-sebo e touradas bem tradicionais do campesinato regional ainda persistem. Também se comemora o dia das crianças, são realizadas festas religiosas, terços e novenas.

Os assentados têm uma participação política ativa. Sempre que há alguma reivindicação ou situação que depende do poder público, se organizam, fazem movimentos, lutam para resolver. É o caso da conquista da construção dos prédios da Escola e do Posto de Saúde, que embora não estejam 100% concluídos atendem bem a população assentada. O envolvimento político dos assentados vai além da luta por direitos. Eles atuam como militantes ou participantes do MST, PT, CPT, CUT e STR. Participam ainda do Fórum de Preservação do Rio Paraíba e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

3.2 Organização interna do Assentamento Maravalha

Com a criação do Assentamento Maravalha 44 famílias foram assentadas, das quais 36 são as mesmas desde o início do processo de luta pela terra e 8 eram antigos moradores ou rendeiros da fazenda. As 36 famílias vieram de outros municípios e da zona urbana de São Miguel de Taipu.

A área do assentamento é de 234,0 hectares, dos quais 46 hectares são de reserva ambiental. Esses 46 hectares estão distribuídos em alguns lotes. A área aproveitada do assentamento é de 188,0 hectares. Os lotes das famílias têm aproximadamente 4,0 hectares, totalizando 176,0 hectares. Existe ainda um pequeno açude e equipamentos coletivos.

As casas do PA foram construídas pelo INCRA em alvenaria e telha no ano de 2010 e todas as famílias que viviam em barracas de lona e em casas de taipa ou palha passaram a morar nelas.



Figura 11 - Casa do Assentamento Maravalha.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Maio de 2013.

A área de reserva ambiental é um remanescente da Mata Atlântica. Essa área está subdividida em alguns lotes, e em outros lotes existem áreas reflorestadas. Nela existe uma grande variedade de espécies arbustivas e arbóreas da caatinga como: jurema branca, jurema preta, marmeleiro, juazeiro, etc. Segundo alguns entrevistados, os assentados respeitam a legislação e nunca houve nenhum problema de degradação da mata por parte dos assentados. O que ocorre é a preservação e a recuperação das áreas que são destinadas ao reflorestamento.

O assentamento tem uma população estimada de 250 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Desde 2007, todos os lotes possuem energia elétrica. A chegada da energia no PA foi através do Programa Luz para Todos. A comunicação é feita através dos celulares. A maioria das famílias só têm acesso à água na sede do município, em um chafariz. Aproximadamente 20 famílias, construíram cisternas com recursos próprios. O assentamento não possui uma rede de esgotamento sanitário, o escoamento de esgotos dos banheiros das casas é feito através de fossas, e a água utilizada no banho e na cozinha é escoada para os quintais das casas. Apesar da proximidade com a sede do município de São Miguel de Taipu, o assentamento não é beneficiado pelo sistema de coleta de resíduos e o lixo é queimado pela maioria dos assentados. Alguns, com certa consciência ambiental, separam o lixo seco do orgânico; os demais veem a queima como a melhor saída para se livrar dos resíduos. Dentro do Assentamento não existe nenhuma escola. Os estudantes estudam na zona urbana, fato que não é tido como problema para os assentados pela proximidade do PA em relação à escola. A maioria dos estudantes finalizam os estudos com a conclusão do ensino médio.

O assentamento não possui posto de saúde, mas conta com 1 agente de saúde. O serviço de saúde é oferecido no Posto de Saúde de São Miguel de Taipu. A diversão está muito ligada à cidade, os jovens buscam o lazer nas festas e nos bares da zona urbana do município.

No assentamento não existe nenhum tipo de trabalho coletivo. As reuniões da Associação ocorrem mensalmente e contam com a presença de quase todos os representantes das famílias assentadas. A Associação não possui sede própria e as reuniões ocorrem na casa do presidente ou da secretária da associação.

No que tange a produção agropecuária, a base da produção são as culturas alimentares: mandioca, milho, feijão, fava, batata doce, o jerimum, o inhame. Alguns também plantam verduras como alface, coentro e também o abacaxi. As culturas mais importantes do ponto de vista comercial são a mandioca e o abacaxi. Do ponto de vista do

consumo os principais produtos são o milho e o feijão. A maioria das famílias utiliza apenas a mão de obra familiar. Apenas um assentado possui sistema de irrigação, mas relata que os gastos muitas vezes não compensam a utilização do sistema. Poucos assentados fazem uso de produtos químicos, devido ao preço e por preferirem cultivar de maneira mais saudável. São utilizados tratores cedidos pela Prefeitura para preparar o solo para o plantio das culturas, além da enxada.



Figura 12 - Plantação de Feijão no Assentamento Maravalha.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Maio de 2013.

Quanto à produção animal, os assentados criam bovinos, aves e porcos. A galinha é voltada principalmente para o consumo e os demais animais são destinados à venda para corte. Também utilizam equinos para ajudar no transporte, principalmente da água.



Figura 13 - Criação de gado solto no Assentamento Maravalha.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de campo. Maio de 2013.

A comercialização da produção é totalmente dependente do atravessador. Chamou nossa atenção a grande extensão da área plantada dentro do Assentamento nos anos de fortíssima seca como 2012 e 2013 que atingiu até a Zona da Mata.

O destino da produção agrícola é principalmente as feiras das cidades de João Pessoa e de Itambé-PE. Os assentados preferem vender seus produtos para atravessadores. A mandioca é destinada principalmente para o fabrico de farinha no município de Itambé-PE.

Destacou-se, no interior do assentamento, uma família cujo trabalho no lote é realizado integralmente por assalariados, mesmo que a maioria seja parente. O responsável pelo lote tem um emprego que garante a sobrevivência da unidade familiar e complementa sua renda com a produção de alimentos para o consumo e a comercialização e com o lucro da comercialização do inhame e do abacaxi produzidos na parcela.

A assistência técnica prestada ao Assentamento Maravalha é feita através de técnicos da CONSPLAN semanalmente, às terças-feiras. O assentamento tem forte ligação com a CPT, principalmente com o Padre João Maria. Eles têm uma participação política ativa. Sempre que tem alguma reivindicação ou situação que depende do poder público, se organizam, fazem movimentos e lutam para solucionar os problemas. O presidente da Associação do assentamento é membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Um assentado assumiu um cargo comissionado na Secretaria de Agricultura do Município e outra assentada lançou-se candidata a vereadora. Não há atividades coletivas no PA.

3.3 Organização interna do Assentamento Novo Taipu

Os camponeses tomaram posse definitiva da terra em 18 de dezembro de 1999. Na área foram assentadas 60 famílias, vindas de diversos municípios (Santa Rita, Alhandra, Pedras de Fogo, Conde, São Miguel de Taipu, Salgado de São Félix, Mogeiro, Caaporã, Juripiranga, Pilar).

De início foi fundada a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Novo Taipu (onde atualmente 22 famílias são associadas). Por motivos de desentendimento entre os assentados, posteriormente foi fundada uma segunda associação, a Associação Comunitária **Manoel Félix** (onde são associadas atualmente 38

famílias), nome que presta homenagem ao trabalhador morto no processo de luta pela terra. O assentamento recebeu o nome de Novo Taipu.

O INCRA construiu 60 casas, sendo 21 na agrovila e 39 nos lotes por decisão das famílias. Desde 2005 todas as casas possuem energia elétrica instalada pelo Projeto Cooperar do Governo do Estado da Paraíba em 19 residências. As demais foram beneficiadas pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal. A garantia da instalação de energia elétrica só ocorreu devido à pressão por parte dos assentados tanto junto ao INCRA como junto à Prefeitura municipal.

A área total do assentamento é de 839 hectares, dos quais 220 hectares (20% da área total) correspondem a área de preservação (200 hectares de mata fechada e 20 hectares destinados a área de reflorestamento); 100 hectares são uma área comunitária, localizada na várzea do Rio Paraíba. O restante são áreas ocupadas pela antiga sede da fazenda e pela Escola. A área de reserva legal ou de preservação ambiental é constituída de remanescentes de vegetação tanto da Zona da Mata quanto do Agreste acatingado. As famílias são compostas por 5 pessoas em média e o Assentamento tem uma população estimada de 300 pessoas.

Quanto à infraestrutura, o principal problema detectado tem a ver com o acesso ao município de São Miguel de Taipu. No inverno de 2010 rio Paraíba transbordou e destruiu uma ponte sobre o Rio Paraíba, único meio de acesso rápido à cidade. Atualmente, o deslocamento se faz atravessando o rio a pé ou de carro quando ele está seco, ou de canoa quando ele está cheio.

A comunicação no assentamento é feita através de celulares dos próprios assentados. Na agrovila o acesso à água é através de cisternas construídas pelo INCRA; 40 famílias não possuem cisternas e para terem acesso a água precisam buscá-la em açudes e cacimbões próximos. Outras chegam a percorrer uma distância de aproximadamente 4 quilômetros em busca de água. Atualmente as duas Associações têm buscado junto aos órgãos responsáveis, recursos para construção de cisternas para as famílias que não possuem e reforma das que estão sem poder ser usadas. Duas famílias que dispunham de recursos fizeram açudes em seus lotes. O assentamento não possui rede de esgotamento sanitário, o escoamento dos esgotos dos banheiros é feito através de fossas. A água utilizada no banho e na cozinha é escoada para os quintais das casas.

Desde 2008 existe uma escola dentro do assentamento. A escola é multisseriada, de ensino fundamental (1º ao 5º ano) e atende somente alunos do assentamento. Após o término desta fase os alunos passam a estudar na sede do município.



Figura 14 - Escola Municipal Novo Taipu. Assentamento Novo Taipu.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Junho de 2013.

O serviço de saúde é prestado por um médico que faz visitas ao PA cada 15 dias. O atendimento é feito na escola do assentamento, pois não há posto de saúde. Tem um agente de saúde

A diversão dos assentados está relacionada às festas e atrativos das cidades de São Miguel de Taipu e também de Pilar, e ainda a banhos no Rio Paraíba. As crianças se divertem em brincadeiras de grupos, principalmente na agrovila. Não existe nenhum tipo de trabalho coletivo no assentamento.

As reuniões das associações ocorrem na escola do assentamento. No assentamento tem uma igreja católica que foi construída no tempo da antiga fazenda.

No que tange à produção agrícola, a base da produção são as culturas alimentares tais como: macaxeira, feijão em suas variações (mulatinho, verde e macassar), fava, batata, mandioca. Alguns cultivam verduras como coentro, alface, tomate e pimentão nas áreas próximas ao rio Paraíba. Em quantidade menor, também existe a produção de abacaxi, que mesmo sendo em menor quantidade é vista pelos assentados como o melhor produto do ponto de vista comercial, junto com o milho. A mão de obra empregada na produção é basicamente a familiar. Aproximadamente 10 famílias fazem uso de sistema de irrigação captando água do rio Paraíba. A irrigação é destinada principalmente para irrigar as lavouras de abacaxi. O abacaxi é ainda o produto onde mais se utiliza produtos químicos. Na preparação e no corte da terra são utilizados tratores cedidos pela prefeitura e a enxada.



Figura 15 - Plantação de milho. Assentamento Novo Taipu.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Junho de 2013.



Figura 16 - Plantação de abacaxi. Assentamento Novo Taipu.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Junho de 2013.

No que tange a produção animal, os assentados criam bovinos, geralmente soltos nas áreas de pasto, além de caprinos, aves e equinos que servem principalmente para o transporte e para o trabalho. O gado bovino é mais numeroso, voltado tanto para o corte como para reprodução. As aves são basicamente para o consumo e produção de ovos. A comercialização da produção se encontra totalmente dependente do atravessador, principalmente pela falta de transporte por parte dos assentados para venderem sua produção onde houver melhor oferta para seu produto. O destino da produção agrícola são as feiras das cidades de Santa Rita, a CEASA em João Pessoa e Recife, no estado vizinho de Pernambuco. A CONSPLAN é responsável por prestar assistência técnica aos assentados. Todas as famílias recebem assistência técnica. O atual presidente da Associação Comunitária Manoel Félix, foi eleito vereador no pleito de 2008 pelo Partido dos Trabalhadores. Além dele, outra assentada no pleito de 2012 também lançou seu nome como candidata a vereadora, não sendo eleita. Os assentados sempre que têm alguma reivindicação que depende do poder público, se organizam e lutam para resolver,

foi o caso da conquista da construção do prédio para a escola. Atualmente nenhuma entidade desenvolve trabalhos políticos ou sociais no assentamento.

3.4 Organização interna do Assentamento Água Branca

O nome do assentamento permaneceu o mesmo da antiga fazenda desmembrada do antigo Engenho Novo: Assentamento Água Branca. Embora o PA tenha sido criado em 2005, só no ano de 2012 foi que o INCRA fez a divisão dos lotes. Até então, os assentados moravam em suas antigas casas e cultivavam roçados sem área determinada. No assentamento existe uma Associação e as reuniões são feitas na casa do presidente da Associação uma vez por mês porque ainda não tem sede construída.

No trabalho de campo feito no assentamento, recebemos o convite para participar de uma reunião da Associação. Durante a reunião nos foi pedido que apresentássemos nossa pesquisa para os assentados. Além de nossa presença, ainda estavam presente dois técnicos da CONSPLAN, uma gestora ambiental e um agrônomo que prestavam serviços ao assentamento e que levaram para pauta da reunião o convite para que os assentados participassem do Programa de Aquisição de Alimentos (o PAA) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O assunto despertou pouco interesse devido à oferta da produção dos alimentos para esses programas ser semanal, e os assentados não possuírem condições de produzir para corresponder a tal demanda por não possuírem um sistema de irrigação, sendo dependentes das chuvas. Para a gestora ambiental, a participação dos assentados nesses programas, seria importante pelo fato de melhorar a visibilidade do assentamento, no que se refere à produção de alimentos. A mesma ainda afirmou que somente através do cadastro nesses programas é que era possível afirmar que os assentados estavam cumprindo com a função social da terra que era a de produção de alimentos.

As estradas de barro que dão acesso ao assentamento estão em péssimas condições, em dias de chuva o tráfego torna-se quase impossível. Essas condições se repetem nas estradas vicinais internas que ligam os lotes dificultando ainda mais o contato entre as famílias uma vez que os lotes ficam bastante distante uns dos outros (cerca de 3 km ou mais).

O INCRA construiu 73 casas dentro dos lotes por opção das famílias. Todas as casas possuem energia elétrica. Algumas residências já eram ligadas à rede elétrica que atendia a sede da antiga fazenda e tiveram a energia regularizada. Outras famílias foram

atendidas pelo Programa Cooperar do Governo do Estado. As casas ainda em fase de construção serão contempladas pelo Projeto Luz para Todos do Governo Federal.

A área do assentamento é de 623,5 hectares, onde 520,5 hectares são aproveitados. Os 100 hectares restantes são área de preservação. A reserva encontra-se dividida em quatro partes. Existe ainda uma área comunitária de oito hectares que está dividida em duas partes, uma com cinco hectares e outra com três hectares. Nessa área um assentado resolveu plantar, gerando o descontentamento dos outros.

O assentamento tem uma população de aproximadamente 365 pessoas. A comunicação é feita através de celulares. O acesso a água no assentamento é garantido através de poços artesianos (existem mais de cinco). As famílias que moram próximas a algum desses poços encanaram a água. As demais famílias vão até o poço buscar a água para usá-la em casa. Uma das casas do assentamento está localizada próxima a uma fazenda, a Fazenda Bem Mais, onde existe um poço. O proprietário encanou a água em parceria com o Governo do Estado, levando-a até o assentamento, e disponibilizou torneiras onde tanto os assentados quanto as pessoas de outras localidades vizinhas podem pegar água.



Figura 17 - Torneiras de abastecimento de água. Assentamento Água Branca.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

Não existe rede de esgotamento sanitário, o escoamento dos esgotos dos banheiros é feito através de fossas. A água utilizada no banho e na cozinha é escoada para os quintais das casas. O serviço de Correios somente é possível na sede do município.

No assentamento existe uma escola que funciona desde o tempo da antiga fazenda com turmas de 1º ao 5º ano de forma multisseriada e atende tanto os filhos dos assentados

quanto crianças oriundas de outros PAs. A escola também oferece o Ensino para Jovens e Adultos (EJA) que funciona no turno da noite.



Figura 18 - Escola Municipal Emília Barbosa Mendes. Assentamento Água Branca.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

No assentamento não existe posto de saúde, porém há um agente de saúde que atende todas as famílias. Não existe nenhum tipo de trabalho coletivo no PA. Há uma Igreja Assembleia de Deus.

No que se refere a produção agrícola os produtos mais cultivados são: feijão, macaxeira, milho e abacaxi. O abacaxi e a macaxeira são plantados em maior quantidade. Do ponto de vista comercial o abacaxi é o principal produto. O feijão, o milho e a macaxeira fazem parte das culturas alimentícias, onde parte é para o consumo e o excedente é destinado a comercialização. A mão de obra empregada é basicamente familiar. Nenhum assentado trabalha com irrigação pelo fato de não ter nenhum recurso hídrico próximo para captar a água. Na preparação e no corte da terra são utilizados tratores cedidos pela Prefeitura. Cada assentado tem direito ao uso gratuito do trator por duas horas, as horas excedentes são pagas pelos assentados. Além do trator, a enxada é o principal instrumento de trabalho do agricultor.

Os assentados criam principalmente bovinos e caprinos para a comercialização. Os produtos agrícolas são comercializados com atravessadores e são levados para os municípios de Pedras de Fogo, São Miguel de Taipu, Santa Rita e Sapé. O abacaxi é levado principalmente para a CEASA de Recife - Pernambuco.

A assistência técnica é dada pela CONSPLAN a todas as famílias. Os técnicos fazem visitas às famílias uma vez por semana. O assentamento teve acesso a programas de distribuição de sementes, através da EMATER, porém as sementes chegaram após a

época do plantio e se perderam. Para poder plantar, os assentados selecionam as sementes de melhor qualidade e guardam de um ano para o outro. Esse procedimento é feito pela maioria das famílias, num sistema mais ou menos similar aos Bancos de Sementes Familiares.

Quanto à presença da Prefeitura Municipal no assentamento, esta, além de manter a escola que existe no assentamento, dias antes do período chamado de Semana Santa, distribui peixe, coco e arroz aos assentados e paga a conta de energia proveniente da bomba que alimenta os poços artesianos.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu, segundo os entrevistados, não intervém no PA. Um assentado participa do CMDR. O atual presidente da Associação foi vereador por dois mandatos nos pleitos de 1996 a 2000 pelo PT e 2008-2012 pelo PDT.

A nossa visita ao assentamento foi feita no mês de agosto de 2013 e pudemos constatar que boa parte dos lotes estavam plantados. Porém, percebemos uma minoria coberto por mato, sem produção. Ainda pudemos constatar algumas diferenças internas principalmente em relação ao nível de renda. Algumas famílias possuem mais bens que outras. As famílias com melhores condições são aquelas que trabalham e plantam em seus lotes, retirando o suficiente para garantir a alimentação da família e vendendo o excedente.

3.5 Organização interna do Assentamento Amarela I

O nome da Fazenda que compreendia os Quinhões B e C do Engenho Novo era Fazenda Amarela. As 54 famílias de moradores no Quinhão C foram assentadas no Assentamento criado que recebeu o nome de PA Amarela I.

Foram construídas 54 casas, todas dentro dos lotes por opção das famílias. Os lotes medem em média 9,5 hectares, não sendo este um tamanho exato para todos. A área total do PA é de 527,1 hectares, destes, 6 hectares é de área comunitária. Essa área comunitária é ocupada pela sede da associação, por um poço e ainda existe uma área de trabalho coletivo de plantação de mudas. Não existe reserva ambiental, pois quando da demarcação dos lotes não foram delimitadas áreas de reserva nem de reflorestamento.



Figura 19 - Casa de um assentado. Assentamento Amarela I.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

O assentamento tem uma população estimada de 300 pessoas. Já houve casos de abandono do lote, porém as famílias que substituíram os desistentes eram filhos, netos ou parentes de alguma das famílias que já vivia no local.

A rodovia estadual e as estradas de terra de acesso ao PA estão em péssimas condições. No momento da pesquisa, as estradas estaduais até a entrada do assentamento, partindo do município de Pilar, estavam totalmente esburacadas, devido ao tráfego de caminhões pesados, carregados de areia, que extraem do rio Paraíba que fica ao lado do PA. A estrada de barro que dá acesso ao assentamento encontra-se em péssimas condições.

Todo o assentamento tem acesso a energia elétrica, obtida através do Programa Luz para Todos do Governo Federal e do Projeto Cooperar do Governo Estadual. Esse acesso existe desde o ano de 2001, antes utilizava-se a luz de candeeiro.

Alguns moradores que moravam próximo à sede da antiga fazenda, com a desapropriação fizeram algumas ligações clandestinas que depois com os programas acima citados foram regularizadas.

No que tange ao acesso a água, 25 famílias tem água encanada nas casas, as outras 29, para terem acesso a água precisam busca-la em açudes próximos, em poços artesianos ou ainda na casa das famílias que possuem água encanada. O INCRA perfurou dois poços no assentamento, porém, não colocou bombas, assim o acesso à água fica inviável. Através da Prefeitura de São Miguel de Taipu os assentados conseguiram as bombas e parte da encanação.

O celular é o meio de comunicação mais comum; 2 famílias tem acesso a internet e o assentamento não conta com nenhum telefone público. O assentamento não possui rede de esgotamento sanitário, existem fossas nos banheiros de todas as residências, porém a água utilizada no banho e na cozinha e escoada para o quintal das casas.

O transporte dos assentados é feito em automóveis próprios (carros e motos) ou de algumas famílias que possuem esses meios de transporte e fazem o esquema de alternativos. O transporte escolar é o ônibus fornecidos pela prefeitura. Os ônibus estão em excelente estado de conservação e o serviço oferecido aos assentados é muito bom.



Figura 20 - Transporte Escolar oferecido pela Prefeitura de São Miguel de Taipu aos assentados.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

Dentro do Assentamento existe uma escola, mas não se sabe ao certo o ano de construção, pois a mesma já existia desde o tempo da antiga fazenda. Após a criação do assentamento foi feita uma reforma que melhorou as instalações uma vez que antes, segundo uma entrevistada, funcionava de forma precária. Essa escola além de beneficiar alunos do assentamento, beneficia também alunos de outras localidades da zona rural do município. Funciona de maneira multiseriada com turmas de 1º ao 5º ano. Terminando essa fase de estudo, os alunos recorrem a outras escolas que existem na zona rural, principalmente a Escola Municipal Flávio Ribeiro Coutinho, que oferece ensino desde o maternal até a o ensino médio, e ainda Educação para Jovens e Adultos (EJA), e fica próximo ao Assentamento, no Povoado João Pedro. O EJA não é desenvolvido no PA.



Figura 21 - Escola Municipal Berenice Mindello R. Coutinho. Assentamento Amarela I.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

Dentro do Assentamento não existe Posto de Saúde. O acesso a serviços médicos se dá em um Posto de Saúde localizado em um povoado próximo, o Povoado João Pedro. Ainda recorrem aos serviços médicos oferecidos na escola do assentamento Amarela II. Também não existem agentes de saúde. Os assentados fazem mutirões em determinadas datas para plantação de mudas de fruteiras na área comunitária do assentamento. Aproximadamente 20 famílias participam. As reuniões da Associação ocorrem na sede do órgão, com datas previamente agendadas e a maioria dos associados participam. Eles têm forte ligação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu, e quase todas as famílias são sindicalizadas. O Sindicato foi um aliado no processo de luta pela terra. Não existem igrejas no PA.



Figura 22 - Unidade Básica de Saúde. Povoado João Pedro.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

No que se refere a produção agropecuária a produção varia, desde as culturas alimentares até as que estão totalmente voltadas para o mercado. Do ponto de vista

alimentar as principais culturas são: batata doce, feijão, milho e fava. Do ponto de vista comercial o principal produto é o abacaxi. Destes produtos os mais comercializados além do abacaxi, são o milho, a mandioca e o feijão verde. A mão de obra empregada na produção é a familiar. Aproximadamente 5 famílias captam água do açude comunitário do assentamento e utilizam sistema de irrigação. Esse sistema é usado principalmente na cultura do abacaxi.

O uso do agrotóxico é visível em alguns lotes. Observamos vasilhames de venenos nas varandas das casas, junto com bombas e pulverizadores, caracterizando o uso desses venenos. Em entrevistas com uma das famílias que utiliza esse tipo de produto, a entrevistada afirmou que não tem como a colheita dar certo se não fizer o uso destes produtos. A entrevistada ainda afirmou que sabe dos riscos, mas que é necessário utilizar.



Figura 23 - Vasilhames e bombas de pulverização utilizados na aplicação de agrotóxicos.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

Algumas poucas famílias fazem uso de defensivos naturais e adubos orgânicos, se negando a fazerem uso de venenos químicos. A CONSPLAN presta assistência técnica ao assentamento. O trator utilizado para preparação do solo é cedido pela Prefeitura, duas horas para cada família. As horas excedentes são pagas pelos próprios assentados. Além do trator, a enxada e o braço são os principais instrumentos de trabalho dos assentados.

Os assentados criam caprinos, bovinos e aves. As aves são para o consumo. Os caprinos e bovinos são destinados para o corte e a venda, alguns são separados para a reprodução. Os equinos são utilizados para o trabalho e o transporte.

A comercialização da produção se encontra quase que totalmente dependente do atravessador. O destino da produção é principalmente a feira do município no qual está inserido, além das de outros municípios como Pilar, Pedras de Fogo, Sapé, Itabaiana e

João Pessoa. O abacaxi é o principal produto do ponto de vista comercial no assentamento, sua produção chega até a CEASA de Recife, no vizinho estado de Pernambuco e ainda é exportado para a região Sudeste, principalmente para o estado de São Paulo. Por não existir serviço de coleta de resíduos a queima do lixo é a alternativa escolhida pela maior parte dos assentados. Algumas famílias fazem a separação de plásticos e vidros.

Atualmente, segundo uma entrevistada, o assentamento está passando por uma má fase junto a Prefeitura Municipal, pois a mesma tem virado as costas para o assentamento e pouco tem feito para sanar os problemas que ali existem, tais como: má qualidade da merenda escolar, estradas esburacadas, falta de pagamento das contas de energia que alimentam a bomba do poço artesianos, falta de interesse em inserir os agricultores em programas de abastecimento de alimentos nas escolas (PNAE). Essa situação não acontecia no passado, pois o assentamento tinha ótima relação com a antiga prefeita que era do Partido dos Trabalhadores, e que por ser filha de assentada olhava sempre com bons olhos os problemas de todos os assentamentos do município.

A maioria dos assentados encontra-se endividada por conta de empréstimos contraídos para a produção do abacaxi que não vingou devido à seca. A EMATER elaborou um laudo técnico relatando as dificuldades da produção de abacaxi devido a seca, mas os assentados não tiveram chance de negociar a dívida, e assim não podem tomar novos empréstimos.

Destacamos ainda a presença de jovens que atingiram o nível superior de educação, a exemplo de um jovem que atualmente ocupa o cargo de vice diretor da Associação, que é professor da escola de um povoado próximo ao assentamento, sendo formado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba. Além disto, a diretora desta mesma escola é formada em Letras pela mesma universidade e atualmente está fazendo Mestrado. Uma jovem assentada está cursando Ciências Contábeis em instituição privada de ensino, com o curso financiado pelo PROUNI.

No que se refere a participação dos assentados em questões políticas, dois assentados representam a associação do assentamento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. A Universidade tem sido uma grande parceira do assentamento, alguns pesquisadores já procuram o assentamento e alguns trabalhos nas mais diversas perspectivas já foram produzidos. Além disto, tem se tornado cada vez mais uma realidade próxima na vida dos assentados, que ao terminarem o ensino médio, prestam

vestibular para as instituições e querem seguir os exemplos de outros jovens assentados que concluíram o curso superior.

O assentamento exerce certa influência política no município. Um assentado já está em seu terceiro mandato de vereador e é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Como pudemos constatar os antigos moradores da Fazenda Amarela, viviam em péssimas condições de vida e de trabalho e a partir da criação do assentamento, passaram para uma condição muito superior a que vivam.

3.6 A organização interna do Assentamento Amarela II

Todas as casas foram construídas com recursos do crédito habitação no próprio lote, por decisão das famílias. Os lotes medem em média 9,5 hectares e o assentamento possui 399 hectares sendo que 12% da área total do assentamento é área de preservação, porém segundo o INCRA essa porcentagem deve aumentar. O assentamento possui uma sede de associação própria que se desmembrou da associação do Amarela I em 2010.

Distante cerca de 7 km da sede do município de São Miguel de Taipu, esse trajeto só pode ser feito a pé. Para chegar até o assentamento de automóvel, o percurso deve ser feito por Pilar, através de rodovias estaduais que se encontram em péssimas condições, principalmente em períodos de chuva e devido ao constante tráfego de caminhões pesados, carregados de areia que é extraída do rio Paraíba por empresas ligadas à construção civil. Os assentados mantêm forte relação com o município de Pedras de Fogo por estar localizado próximo ao assentamento e porque o acesso é mais fácil.

O assentamento tem uma população estimada de 200 pessoas. Já houve caso de abandono de lote e com isso novas famílias vindas do próprio município substituíram as que abandonaram.

Todas as casas têm energia elétrica desde 1989, proveniente da sede da antiga fazenda (os moradores faziam ligação clandestina) e atualmente a rede elétrica está regulamentada pela Energisa, através do Programa Luz para Todos do Governo Federal. O acesso à água é proveniente de 5 poços artesianos que existem no PA e que foram construídos pelo INCRA e pela Prefeitura Municipal. Não existem cisternas no assentamento. A água do açude que existe no PA é utilizada apenas para tarefas domésticas, sua água não é utilizada para consumo humano nem animal.

O celular é o meio de comunicação mais comum. O assentamento não possui rede de esgotamento sanitário, existem fossas nos banheiros de todas as residências, porém a água utilizada no banho e na cozinha é escoada para o quintal das casas.

O transporte dos assentados é feito em automóveis próprios (carros e motos) ou de algumas famílias que possuem esses meios de transporte e trabalham no sistema como transporte alternativo. O transporte escolar é um ônibus fornecido pela prefeitura. Os ônibus estão em excelente estado de conservação e o serviço oferecido aos assentados é muito bom.

Serviços de Correio só existe na sede do município de São Miguel de Taipu e nos municípios vizinhos. No assentamento existe uma igreja Assembleia de Deus, onde acontecem cultos todas as quartas, sábados e domingos. A igreja costuma fazer festas para os seus membros.

A Escola Municipal João Henrique da Silva já existia desde o tempo da antiga fazenda e por isso não foi necessário reivindicá-la, Sua construção data do ano de 1989. A escola além de receber alunos do assentamento recebe também de outras localidades como dos Assentamentos Amarela I, Água Branca e Novo Taipu. O acesso até a escola se dá pé, de bicicleta, de moto e ainda através do transporte escolar. Funciona de maneira multisseriada, com turmas do 1º ao 5º ano. Na escola desenvolve-se o Projeto Mais Educação. Ao terminarem a etapa de estudos oferecida pela escola, os alunos são encaminhados a outras escolas da zona rural, principalmente para Escola Municipal Flávio Ribeiro Coutinho, que oferece ensino desde o maternal até a o ensino médio, e oferece ainda o curso de Educação para Jovens e Adultos (EJA), que fica próximo ao PA, no Povoado João Pedro. Alguns assentados já estão cursando o terceiro grau.



Figura 24 - Coleta Seletiva de lixo na Escola Municipal João Henrique da Silva. Assentamento Amarela II.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

Como o PA não possui Posto de Saúde, o atendimento médico é feito na escola, a cada 15 dias, e atende também pessoas de fora do assentamento. Existem dois agentes de saúde.

A diversão e o lazer dos assentados estão relacionados aos atrativos das cidades vizinhas e de São Miguel de Taipu, a quadra poliesportiva do povoado próximo ao assentamento, festas na igreja, além dos bares do próprio assentamento. Não existe trabalho coletivo no assentamento. A associação está tentando implantar um banco de sementes comunitário. As reuniões da Associação ocorrem na sede da mesma com datas previamente agendadas, a maioria dos assentados participa. Em algumas reuniões representantes da CONSPLAN participam. Os assentados mantêm forte ligação com o STR de São Miguel de Taipu e quase todas as famílias são sindicalizadas.

No que se refere à produção agropecuária do assentamento, a base da produção agrícola varia desde as culturas alimentares até o abacaxi que é um produto destinado basicamente a comercialização. A batata e a macaxeira também são destinadas a comercialização, após ser retirada parte para o consumo da família. Os produtos mais frequentemente cultivados são milho, feijão, batata doce e macaxeira. A mão de obra utilizada é basicamente a familiar. Três famílias fazem uso de irrigação. A utilização de agrotóxicos se dá principalmente na cultura do abacaxi, porém não são todas as famílias que fazem uso. A assistência técnica vem tentando conscientizar os assentados para tentar evitar o uso destes produtos.



Figura 25 - Plantio consorciado de feijão e milho. Assentamento Amarela II.

Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Trabalho de Campo. Agosto de 2013.

No que tange a produção animal, o gado bovino é destinado principalmente para a venda e para o corte. Alguns assentados possuem equinos que são utilizados no transporte e no trabalho.

Os assentados que possuem transporte vendem sua produção diretamente nas feiras de São Miguel de Taipu, Serrinha, Itabaiana e Pedras de Fogo. Os que não possuem transporte repassam suas mercadorias aos atravessadores que levam para o Mercado Central de João Pessoa. O assentamento participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde parte da produção é destinada para a merenda das escolas do município.

Não existe serviço de coleta de resíduos e a queima do lixo é a alternativa escolhida pela maioria dos assentados. Algumas famílias fazem a separação de plásticos e vidros.

Todas as famílias receberam empréstimos para investir na produção e na infraestrutura dos lotes, porém, a maioria não conseguiu pagar e estão inadimplentes com o Banco do Nordeste, não conseguindo negociar a dívida e nem tomar novos empréstimos.

Destacamos a participação dos assentados na política local, dois assentados participam do Conselho de Desenvolvimento Rural do município.

Capítulo 4 - Impactos sociais, econômicos e ambientais da criação de Assentamentos em São Miguel de Taipu ó PB

Para estudar os impactos da criação de assentamentos em São Miguel de Taipu partimos da discussão teórica que envolve a noção de impacto até a que relaciona o mesmo aos assentamentos. Para tanto nos apoiamos em autores tanto da Geografia, como da Sociologia e da Antropologia.

Assim sendo iniciamos com a posição de Sousa e Medeiros (1997, p. 17) sobre o termo impacto no senso comum. De acordo com estes autores, o impacto:

denota mudanças bruscas, choque, não se trata de uma categoria trabalhada conceitualmente nas ciências sociais, embora seja empregada em diversas ocasiões. A tradução sociológica de impacto seria a de mudanças desencadeadas a partir de algumas ações, mas uma mudança rápida e suficientemente profunda para ser percebida (pelo cientista social, pelos autores) como provocadora de sensíveis alterações em determinadas esferas da vida social.

Ramalho (2002) entende que o conceito de impacto acha-se relacionado à ideia de transformação do território por meio da ação humana, pelo enfrentamento resultante da resistência e do conflito.

Roche, por sua vez, aborda a avaliação de impacto e considera que ela consiste na análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas - positivas ou negativas, planejadas ou não, na vida das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações. (2002, p.37).

Relacionando o conceito de impacto à criação dos assentamentos rurais, Medeiros e Leite (2004) afirmam que impactos ocorrem a partir das mudanças geradas ao redor dos assentamentos decorrentes da sua criação. Para Abrucio e Couto (1996) os assentamentos vêm ganhando importância nos municípios onde se encontram em virtude do desenvolvimento econômico que os assentamentos têm trazido para o local, especialmente direcionado à geração de emprego e renda, pelas oportunidades de emprego geradas para os trabalhadores que antes não tinham terra para produzir.

Segundo Moreira (2013), os impactos sociais resultantes da criação de assentamentos somente podem ser entendidos se forem conhecidos os sujeitos envolvidos na ação, neste caso, os assentados, através da comparação de sua história anterior de vida e trabalho com a atual.

Mazzini (2007) afirma que as políticas de implantação de assentamentos rurais promovem o desenvolvimento regional à medida que proporcionam o crescimento de outros setores da economia e a melhoria na qualidade da alimentação das famílias que tiveram acesso a terra, dependendo neste caso, do empenho pessoal de cada uma das famílias assentadas.

Moreira, Targino e Menezes (2001) consideram como impactos sociais e econômicos da criação dos assentamentos, todas as mudanças positivas ou negativas resultantes da sua implantação sobre a dinâmica da população, a saúde, a educação, as condições de vida (condições de moradia, acesso a energia e à água, condições de trabalho) dos assentados, bem como sobre o padrão de renda, o acesso a bens e serviços tanto internamente como externamente ao PA. Consideram ainda os efeitos sobre o comércio e as feiras livres do município onde se localizam os PAs e os municípios com os quais eles mantêm relações. Foram estes os aspectos que consideramos na pesquisa.

Com relação aos impactos ambientais, sabe-se que a legislação brasileira considera como tal:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais (Resolução CONAMA 001, de 23.01.1986).

Desde modo, juridicamente, o conceito de impacto ambiental refere-se exclusivamente aos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente. Portanto, fenômenos naturais, como: tempestades, enchentes, incêndios florestais por causa natural, terremotos e outros, apesar de poderem provocar as alterações ressaltadas não caracterizam impacto ambiental.

Em seguida apresentamos os impactos dos assentamentos criados no município de São Miguel de Taipu.

4.1 Impactos ambientais da criação dos Assentamentos

Analizando os impactos ambientais a partir da criação dos assentamentos rurais, conseguimos detectar que eles na sua maioria são muito positivos, embora em alguns casos que dependem do poder público, os assentamentos sintam-se ainda muito limitados.

O que consideramos como o mais importante impacto foi a substituição de uma única cultura, a da cana, pela policultura que passou a dominar a paisagem a partir da criação dos assentamentos.

A palavra monocultura advém da junção de duas palavras: mono e cultura, e o seu significado está relacionado ao cultivo de uma única cobertura vegetal, ou seja, a substituição da cobertura vegetal nativa, geralmente formada por várias espécies vegetais, por uma única, no caso em questão a cana-de-açúcar. A monocultura da cana trás consigo o uso desenfreado de produtos químicos, as queimadas que há mais de um século são condenadas pelos manuais de conservação dos solos e de edafologia. Isto, pelo fato de, ao longo do tempo, comprometerem a produtividade da terra, além de serem responsáveis pelo desaparecimento da fauna e da flora nativa do lugar, pela poluição do ar e dos rios, nascentes e riachos, inviabilizando o uso da água que é um bem comum.

No âmbito ambiental, as monoculturas normalmente são prejudiciais para o solo, pois a falta de rotatividade necessária para a sua recuperação faz com que o solo não tenha por si só força de se regenerar, com isso cada vez mais, faz-se o uso de agrotóxicos, técnicas, e implementos agrícolas para gerar mais produtividade. Também as monoculturas poluem e degradam os recursos hídricos de forma drástica. (SOUTO e MATOS, 2012).

Em meio ao *ôboomô* da produção de biocombustíveis, que tem na cana sua principal matéria prima, uma área de tradição canavieira ter sido transformada em região de policultura, onde pouco ou quase não se faz uso de produtos químicos, de queimadas e de outras práticas que podem impactar o meio ambiente, como foi demonstrado na descrição das formas de organização interna dos PAs de São Miguel de Taipu, constitui um impacto ambiental muito positivo.

Outro aspecto observado é a preocupação que existe por parte dos assentados em relação às áreas de preservação presentes dentro do assentamento. Nos trabalhos de campo feitos, pudemos constatar que a maioria dos assentados tem preocupação em preservar essas áreas, não retirando madeiras e até vigiando-as para que estranhos não penetrem para promover degradação. Um dos assentados entrevistados nos relatou que está sempre atento a qualquer movimento estranho na área. *Ô*Caso eu perceba algo de

estranho, um movimento suspeito eu ligo logo pro IBAMA. Do assentamento mesmo ninguém mexe em nada não, mas já apareceu gente de fora atrás de tirar madeira, a gente foi atrás e em seguida já ligou pro IBAMA. Esta fala relata mais um aspecto positivo, pois as áreas remanescentes da Mata Atlântica e da Caatinga estão sendo preservadas e se não fosse o respeito por parte dessas pessoas o pouco que restou dessas formações vegetais no município talvez não existisse mais.

Destacamos ainda as áreas que após a criação dos assentamentos foram destinadas ao reflorestamento. No caso do assentamento Maravalha, os lotes dos assentados possuem em média 4,5 hectares que são destinados à produção. Mesmo com um espaço tão reduzido, alguns lotes destinam 1,0 hectare para reflorestamento. Muitos plantaram fruteiras e outros estão mantendo a área em repouso, esperando a natureza cumprir o seu papel de fazer florescer o que um dia foi destruído. É preciso chamar a atenção nesse caso para a preocupação de Moreira (2013) nesses casos. Ela considera que, dada a reduzida dimensão dos lotes seria mais lógico por parte dos órgãos de regulação do meio ambiente, serem mais flexíveis, pois por si só, 4,5 hectares não são minimamente suficientes para manter uma família. No caso de obrigação de reflorestamento, que este seja realizado com fruteiras típicas da região uma vez que assim, enquanto lavouras permanentes, protegem o solo e ainda servem de alimento e de fonte de renda para a população.

Ainda percebemos a luta por parte dos assentados para impedir a extração de areia no leito e nas margens do Rio Paraíba (rio que banha parte dos assentamentos do município). Várias manifestações, a formação do Fórum de Proteção do Meio Ambiente e as denúncias realizadas pelos assentados ao IBAMA, são demonstrativos de sua preocupação com a proteção ambiental.

O único problema detectado consiste na queima do lixo, prática feita pela maioria dos assentados, pelo fato de não terem serviço de coleta de resíduos. Mesmo assim parte dos assentados ainda se preocupa em separar o lixo seco do lixo orgânico, queimando apenas o lixo seco e enterrando o lixo orgânico, é a chamada compostagem doméstica.

A partir do exposto vemos que a criação dos assentamentos rurais influenciou de maneira positiva com relação aos impactos ambientais em São Miguel de Taipu.

4.2 Impactos sociais e econômicos da criação dos Assentamentos

Consideramos como impactos sociais da criação dos assentamentos os impactos fundiários, demográficos, relativos a educação e saúde dos assentados. Os impactos econômicos tem a ver com a produção, com a condição de vida e de trabalho dos assentados e com possíveis impactos externos sobre o comércio e a feira livre do município e de municípios vizinhos.

4.2.1 Impactos fundiários da criação dos Projetos de Assentamento

Entende-se por impacto fundiário as mudanças levadas a efeito na distribuição da propriedade da terra promovidas por vários fatores tais como: a modernização técnica da agricultura, o avanço do agronegócio, a criação de Assentamentos, entre outros (MOREIRA et al., 2001, p.2). Este impacto pode ser caracterizado tanto pelo aumento da concentração como pela redução da mesma, bem como pela relação da área conquistada pelos trabalhadores no total da área agrícola do país, da região ou do município estudado (MOREIRA et al., 2001). Interessa-nos identificar os impactos fundiários decorrentes da criação de Assentamentos no município de São Miguel de Taipu.

Como foi anteriormente demonstrado, a estrutura fundiária do município caracterizava-se historicamente pela fortíssima concentração. Esta, porém, apresentou um significativo recuo entre 1995 e 2006 (Tab. 2).

Tabela 2 - Estrutura Fundiária do município de São Miguel de Taipu ó 1995-2006

| Classes de área em hectares | 1995 | | | | 2006 | | | | Tx. de crescimento no período (%) | Tx. de crescimento no período (%) |
|-----------------------------|------------|------------|---------------|--------------|------------|--------------|-------------|--------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | Est. | % | Área | % | Est. | % | Área | % | Est. | Área |
| Menos de 10 | 297 | 95,2 | 524,3 | 10,5 | 580 | 93,2 | 2800 | 57,3 | 95,3 | 434 |
| 10 a menos de 20 | 3 | 1 | 30 | 0,6 | 26 | 4,2 | 303 | 6,2 | 766,7 | 910 |
| 20 a menos de 50 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1,1 | 208 | 4,3 | 100,0 | 100,0 |
| 50 a menos de 100 | 2 | 0,6 | 156 | 3,1 | 5 | 0,8 | 390 | 8 | 150,0 | 150,0 |
| 100 a menos de 500 | 6 | 1,9 | 970 | 19,4 | 3 | 0,5 | 442 | 9 | -50,0 | -54,4 |
| 500 a menos de 1000 | 4 | 1,3 | 3321,5 | 66,4 | 1 | 0,2 | 746 | 15,3 | -75,0 | -77,5 |
| Total | 312 | 100 | 5001,8 | 100,0 | 622 | 100,0 | 4889 | 100,0 | 99,4 | -2,3 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-96 e 2006

De fato, se analisarmos os dados censitários destes dois períodos, constatamos que em 1995 os estabelecimentos com menos de 10 hectares, embora fossem os mais numerosos, representando 95,2% do total dos estabelecimentos existentes, apropriavam-se de apenas de 10,5% da área agrícola municipal. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares totalizavam 96,2% dos estabelecimentos, porém apropriavam-se de apenas de 11,1% da área agrícola total (Tab.2). Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 100 hectares, que eram apenas 10 representavam 3,2% do total dos estabelecimentos e apropriavam-se de 85,8% do total da área agrícola de São Miguel de Taipu (Tab. 2). Nesse grupo, os estabelecimento com dimensão entre 500 e 1000 hectares que eram apenas 4 (1,3% do total) ocupavam 66,4% da área agrícola municipal e o tamanho médio desses estabelecimentos era de 830,4 hectares (Tab. 2). Em 2006, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares aumentaram em número e área ocupada. Eles passaram de 257 em 1995 para 580 em 2006, o que significa um crescimento de 95,3% no período (Tab. 2). No que se refere à área por eles ocupada, ela passa de 524,3 hectares em 1995 para 2.799,0 hectares em 2006, o que representa 57,3% da área agrícola total. O que vale dizer que a área apropriada pelos micro-estabelecimentos cresceu 434,0% no período (Tab. 2).

Os estabelecimentos com menos de 50 hectares que eram 300 em 1995 atingem o número de 613 em 2006, passando a representar 98,4% do total dos estabelecimentos. Isto significa um aumento desses estabelecimentos da ordem de 104,3% entre 1995 e 2006. A área por eles ocupada também cresceu significativamente. Ela passou de 554,3 hectares em 1995 para 3.311,0 hectares em 2006, o que significa um crescimento médio desses estabelecimentos no período equivalente a 497,3% (Tab. 2).

Enquanto isso os estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares caíram de 10 em 1995 para apenas 4 em 2006. Destes quatro, apenas 1 tinha mais de 500,0 hectares (Tab. 2).

Desse modo, assistiu-se na década estudada uma redução da ordem de 60% no número de estabelecimentos maiores de 100 hectares no município e de 75% dos estabelecimentos entre 500 e 1000 hectares. A área ocupada pelos maiores estabelecimentos também se reduziu significativamente, passando de 4.291,5 ha para 893,3 hectares. A área dos estabelecimentos de 500,0 a 1000,0 hectares declinou de 3.321,5 hectares para 746,0 hectares o que representa uma taxa de crescimento negativa da ordem de 77,5%.

O que se constata do exposto é que houve uma reversão do grau de concentração da propriedade da terra no município, representada pela territorialização dos menores estabelecimentos e uma retração tanto do número quanto da área dos maiores. Sendo São Miguel de Taipu um município de tradição latifundiária, a que se deveria tal mudança? Seria este um impacto da criação dos Assentamentos?

Analisando os dados relativos aos Assentamentos criados no município Moreira (2012) verificou que a área total destes assentamentos criados entre os anos de 1995 e 2005, de 4.160,9 corresponde a 85,1% da área dos estabelecimentos agrícolas do município de São Miguel de Taipu, que é de 4.888,0 hectares segundo o censo agropecuário de 2006 (Tab. 2). A diferença entre a área agrícola municipal e a área ocupada por um único estabelecimento maior de 500,0 hectares é quase igual. Evidentemente que os dados censitários não devem ser considerados como dados brutos uma vez que eles representam o resultado de um levantamento amostral. Nesse sentido vale dizer que se deve considerar a tendência dos dados e esta é muito clara no município de São Miguel de Taipu: houve um processo de territorialização da pequena unidade de produção camponesa com certeza em sua maior parte determinada pela desapropriação dos 6 imóveis rurais e a criação dos 06 Assentamentos de reforma agrária.

4.2.2 Impactos demográficos da criação dos Projetos de Assentamento

No que se refere à população, a análise dos dados censitários de 1970, 1980 e 1991 demonstra que o período de modernização da atividade canavieira na Zona da Mata Paraibana coincidiu com uma forte retração da população rural. De fato, como pode ser visto na Tabela 3, entre 1970 e 1980 a taxa de crescimento médio da população rural foi negativa da ordem de -66,5%. Como foi demonstrado anteriormente esse fato se deu em virtude da expulsão direta ou indireta (indenização) dos antigos moradores das propriedades nesse período para que os proprietários substituíssem seus sítios por cana.

Entre 1980 e 1991 esta tendência de esvaziamento do campo persiste mesmo que em ritmo menos acentuado. A população rural do município declina nesse período a uma taxa de 24,4% (Tab. 3). É importante destacar que a partir de 1986 já tem início a crise da atividade canavieira que afetará fortemente os estabelecimentos fornecedores de cana da região e culminará na década de 1990 com a falência de 3 das 5 usinas de açúcar tradicionais da Zona da Mata, com a falência das pequenas destilarias de álcool, com a

diminuição da produção das destilarias autônomas e com um recuo muito forte da área plantada com cana. O desemprego atingia as famílias que expulsas do campo converteram-se em assalariadas da cana.

Entre 1991 e 2010 assiste-se um comportamento totalmente inverso da população rural. Esta cresce no período 121,1% passando de 1.682 pessoas para 3.719 (Tab. 3)

Essa mudança no comportamento da população teria alguma relação com a criação dos assentamentos no município?

Considerando que entre 1995 e 2005 foram assentadas 449 famílias em São Miguel de Taipu e considerando ainda com base em várias pesquisas efetuadas pelo GETEC, que o tamanho médio das famílias rurais aí incluídas as famílias das áreas de assentamento tem girado em torno de 4 pessoas, pode-se inferir que aproximadamente 2.000 pessoas estão vivendo nos assentamentos situados na zona rural do município. Levando-se em conta que o aumento do número de pessoas residentes na zona rural entre 1991 e 2010 foi de 2.027 pessoas, aquele número é muito próximo deste.

6

Tabela 3 - Evolução da população rural de São Miguel de Taipu entre 1970 e 2010.

| População Rural Total | | | | Taxa de crescimento no período (%) | | |
|-----------------------|------|------|------|------------------------------------|-----------|-----------|
| 1970 | 1980 | 1991 | 2010 | 1970/1980 | 1980/1991 | 1991/2010 |
| 66 | 2.2 | 16 | 37 | -66,5 | | |
| 34 | 25 | 82 | 19 | | -24,4 | 121,1 |

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1970, 1980, 1991, 2010

Não se pode perder de vista que esses dados são aproximações do real, indicações de tendências. Com certeza uma parte dos assentados, mesmo que pequena, era ainda moradora das propriedades segundo constataam alguns depoimentos de antigos trabalhadores da fazenda Maravalha. Mas é certo também que muitos trabalhadores que viviam na cidade, seja por terem sido expulsos do campo seja porque não tinham condições de adquirir a terra para trabalhar e viver do fruto do seu trabalho, participaram da luta e retornaram ao campo. Também tivemos conhecimento através das entrevistas efetuadas que famílias sem terra de municípios vizinhos também se integraram à luta dos

trabalhadores sem terra do município e hoje estão assentadas nos Assentamentos criados em São Miguel de Taipu.

No que se refere à população urbana, os dados relativos à evolução da população residente na cidade de São Miguel de Taipu demonstram que esta vem crescendo desde a década de 70 do século XX. Mas a maior taxa média de crescimento verificada, de 50,3%, se deu justamente entre 1970 e 1980 (Tabela 4), coincidindo com a década em que a população rural decresceu de modo mais significativo (Tabela 3).

Tabela 4 - Evolução da população urbana de São Miguel de Taipu entre 1970 e 2010.

| População Urbana Total | | | | Taxa de crescimento no período (%) | | |
|------------------------|-------|-------|-------|------------------------------------|-----------|-----------|
| 1970 | 1980 | 1991 | 2010 | 1970/1980 | 1980/1991 | 1991/2010 |
| 1.337 | 2.010 | 2.531 | 2.977 | 50,3 | 25,9 | 17,6 |

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1970, 1980, 1991, 2010.

Nas décadas seguintes a população urbana continuou crescendo, porém a taxas bem menores (Tab. 4). Com base no exposto é possível afirmar que a criação dos 6 assentamentos rurais em São Miguel de Taipu foi responsável pelo aumento da população residente na zona rural, pela fixação dessa população no campo, pelo retorno ao campo de parte da população que dali foi expulsa no período áureo do Proálcool à qual se somou importante número de famílias camponesas sem terra do Agreste e de municípios vizinhos.

4.2.3 Impactos da criação dos Projetos de Assentamentos sobre a saúde da população assentada

Os trabalhos de campo realizados permitiram constatar que houve uma melhoria significativa no que se refere ao acesso aos serviços de saúde por parte da população assentada. Além da instalação de Postos de Saúde da Família na zona rural do município dois deles foram implementados nos assentamentos Novo Taipu, Antônio Conselheiro e Amarela I.

As unidades de saúde dos assentamentos foram instaladas após sua criação. No caso do Amarela I o prédio do Posto de Saúde ainda não foi construído e os atendimentos médicos ocorrem na escola do assentamento a cada 15 dias. Só em casos de urgência ou de falta de médico nos Postos de Saúde é que os assentados recorrem a Unidade de Saúde da sede do município ou a hospitais situados na capital do estado. Porém, segundo os agentes de saúde entrevistados, isto ocorre com pouca frequência. Os medicamentos utilizados, via de regra, são distribuídos pelas unidades de saúde. Quando isso não ocorre os assentados adquirem os medicamentos na farmácia da cidade.

Ainda existe muito próximo aos Assentamentos Água Branca, Amarela I e Amarela II um Posto de Saúde, localizado no Povoado João Pedro, que faz divisa com esses três assentamentos. A maioria dos atendimentos feitos neste Posto são aos assentados dos assentamentos citados. Além destes assentamentos o Posto beneficia as demais localidades da zona rural do município.

A saúde dos assentados também é influenciada pela melhoria do padrão alimentar. Segundo depoimento de um assentado do PA Maravalha:

No assentamento não falta comida não, tudo que nós planta, nós come e vende. A melhor coisa do mundo prá minha família foi esse pedacinho de terra, que dá prá todo mundo, prá mim e meus filhos se alimentarem de lá. (Depoimento do assentado J.G. do PA Maravalha).

Como foi demonstrado nos demais assentamentos a produção de alimentos também é diversificada o que contribui para um melhor padrão de saúde da população.

4.2.4 Impactos da criação dos Projetos de Assentamentos sobre a educação dos assentados

Foi através dos trabalhos de campo feitos em todos os assentamentos rurais criados no município de São Miguel de Taipu que nós constatamos que houve uma melhora significativa que tange a educação da população assentada. Dos seis assentamentos, apenas o Maravalha não possui escola. Porém, a falta de escola no assentamento não é vista como um problema pela população assentada, devido a proximidade com as escolas da sede do município, que está localizado a menos de 2 km do assentamento.

Os demais assentamentos possuem escolas. Segundo pudemos constatar, as escolas tem uma infraestrutura de boa qualidade, são prédios que passaram por processos de reforma recente e que possuem um padrão elevado se comparados a outras escolas da zona rural. São escolas bem equipadas com computadores, carteiras e birôs. No que se

refere a equipamentos como computadores, embora não sejam suficientes para todos os alunos, as turmas são divididas para que todas tenham acesso aos aparelhos. No caso do assentamento Novo Taipu, existem sete computadores.

Os estudantes que não possuem escolas de ensino médio no assentamento recorrem a escola que existe em um povoado bastante próximo aos assentamentos Amarela I, Amarela II, Água Branca e Antônio Conselheiro, que é o povoado João Pedro. Essa escola tem atualmente 320 alunos e a maioria desses são assentados. Em visita feita a escola, constatamos as excelentes instalações. A escola conta ainda com um laboratório de informática, onde os alunos fazem uso dos computadores para fazerem pesquisas e trabalhos da escola.

Algumas escolas ainda possuem o EJA, que é um programa de educação para jovens e adultos. É o caso das escolas dos assentamentos Água Branca, Antônio Conselheiro e também da escola do Povoado João Pedro. Destacamos a importância do EJA por ser uma maneira de incentivar as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, a retornarem aos estudos.

Depois que eu entrei no EJA eu comecei a assinar meu nome, a pegar um papel pra ler, foi bom demais, porque eu tive que parar de estudar com 10 anos de idade, porque fui ajudar a meu pai, que era morador da antiga fazenda e trabalhava na cana. Daí a gente só pode voltar a estudar agora depois de velho. E a noite é que é bom, porque de dia a gente tem que trabalhar (depoimento de um assentado).

4.2.5 Impactos da criação dos Projetos de Assentamento na vida e no trabalho da população assentada

Destacamos ainda os impactos na vida das pessoas após terem conquistado a terra. Durante a pesquisa pudemos conhecer as várias histórias de luta que decorreram no município e que através delas foram criados seis assentamentos rurais no município. Eram antigos moradores, foreiros, cambãozeiros que viviam em condições de vida bastante precárias, morando em casas cobertas de palha e passando pelos mais diversos tipos de humilhação por parte dos proprietários das fazendas que mesmo precisando do trabalho dessas pessoas, queriam a todo tempo expulsar esses moradores para expandirem sua produção. Percebemos assim que a criação dos assentamentos rurais trouxe para essas pessoas uma esperança de vida, de dia melhores e com menos sofrimento. Pois, com a posse da terra, trabalham para si mesmos, podem escolher o que querem produzir, não

passam mais necessidades de alimentos, pois a maior parte da produção é para o consumo da família.

O trabalho que é basicamente familiar, é feito de forma harmônica, não existem cobranças, cada um é responsável pelo seu lote e organiza sua forma de trabalho da maneira que acham melhor, não precisam mais dar satisfações aos antigos proprietários das fazendas em que moravam.

Todos os assentamentos tem acesso total ou parcial à energia elétrica o que lhes permite o acesso a equipamentos domésticos diversos. Alguns já possuem água encanada em parte ou no todo. O uso de celulares é comum a todos os PAs, o que facilita a comunicação dos assentados.

O padrão de vida atual dos assentados foi consideravelmente elevado. A qualidade atual de suas moradias mostra claramente essa evolução. As casas em sua maioria são de alvenaria, geralmente com mais de quatro cômodos. Os banheiros quase que em regra geral são construídos dentro das próprias casas, o que não existia anteriormente, tendo em vista que as casas eram de taipa e de palha. O abastecimento de água das casas é feito através de cisternas, em alguns assentamentos, aqueles que possuem agrovilas esse abastecimento é encanado. As cisternas representam para os assentados um grande progresso, pelo fato de que, antes eles precisavam ir em busca de água nos açudes próximos, e chagavam a andar mais de 10 quilômetros em busca de água, que é um recurso indispensável a vida humana.

No que tange a produção agropecuária dos assentados, esta, está intimamente relacionada à melhoria do padrão de vida alimentar e ainda o aumento do poder de compra das famílias. Tendo em vista que os assentados produzem, alimentam-se de sua produção e ainda comercializam o que excede, com isso adquirem recursos necessários para comprar produtos, tais como: geladeira, fogão a gás, automóveis (carros e motos), bicicletas, televisão, máquinas de lavar roupas, liquidificador, aparelhos de som. Os produtos citados são comumente encontrados nas casas dos assentados, porém esta realidade só pode ser vivida por eles após terem passado para a condição de assentados. Além disto, destaca-se a melhoria do padrão de vida alimentar dessas famílias.

A renda dos assentados, embora em alguns casos, uma parte seja referente a bolsas de auxílio do governo e aposentadorias, a maior parcela emana da comercialização da sua produção. Pudemos perceber a diferenciação de renda por parte de alguns assentados, o que justifica-se pela autonomia que o assentado tem em relação a sua

produção e a comercialização. Portanto aquele que produz mais, consequentemente vende mais e com isso adquire mais recursos.

Por esses motivos é que nós acreditamos que a criação de assentamentos rurais, trazem consigo a possibilidade de construção de um novo território, um território de esperança.

4.2.6 Impactos da criação dos Projetos de Assentamentos sobre o comércio e a feira livre

A criação dos Assentamentos é responsável por uma produção mais diversificada de alimentos no município. A pauta da produção agrícola alimentar dos mesmos é composta principalmente pelo inhame, a macaxeira, o milho, o feijão, o tomate, o pimentão, a mandioca e o abacaxi. Do ponto de vista comercial, o abacaxi é o produto mais valorizado, os assentamentos que produzem o produto exportam para outros municípios da Paraíba, sobretudo para o estado vizinho de Pernambuco. Em alguns casos a exportação vai para o estado de São Paulo, sudeste do país.

Além da produção agrícola a grande maioria dos assentados também cria animais. A comercialização do excedente da produção é feita na maior parte através de atravessadores e em parte de forma direta nas feiras livres da cidade de São Miguel de Taipu.

Segundo depoimentos colhidos na pesquisa de campo, depois da instalação dos assentamentos aumentou a oferta de alimentos na feira livre e pelo fato dos produtos serem produzidos no próprio município os preços ficaram mais baixos. Além da oferta de frutas e verduras, também aumentou a oferta de carne (galinha, bode, porco). Os assentados trazem para vender na feira, e assim, os compradores conhecem a procedência do produto.

O comércio da cidade também foi dinamizado com a criação dos PAs uma vez que grande parte das necessidades dos assentados é suprida pelo comércio local. Durante a pesquisa de campo localizamos numa loja de material de construção localizada no centro da cidade, um assentado, comprando utensílios para agricultura.

Considerações Finais

A pesquisa permitiu constatar a importância da reforma agrária para a melhoria da qualidade de vida da população rural e urbana excluída dos direitos mínimos de cidadania.

O acesso à terra por agricultores de base familiar em substituição ao latifundiário produtor de cana não só promoveu impactos territoriais importantes como a desconcentração fundiária, como ainda possibilitou mudanças significativas na paisagem pela substituição do verde dos canaviais e do pasto plantado pelo colorido da policultura associada a uma pecuária diversificada.

Outro impacto significativo refere-se a dinâmica populacional uma vez que a criação dos seis PAØs em São Miguel de Taipu garantiu a fixação da população no campo e ainda o aumento da população rural pela incorporação de população oriunda de outros municípios.

É inegável a melhoria da condição de vida dos assentados, confirmada pela melhoria no padrão alimentar e das moradias, do acesso aos serviços de educação, saúde, energia e água.

Na maioria dos PAØs constata-se uma preocupação com o meio ambiente, com a preservação do que restou da devastação promovida pela cana. Isso sem falar que os assentados têm desempenhado importante papel político no município, seja participando dos Conselhos Municipais, seja se elegendo para a Câmara de vereadores, seja ainda se organizando com o apoio dos movimentos sociais, em especial da CPT e de entidades diversas para lutar por direitos, pela preservação do ambiente e pela melhoria das condições de saúde e educação.

Do ponto de vista econômico o maior impasse ainda é a comercialização, ainda submetida aos atravessadores. Mesmo assim verifica-se a influência da produção dos assentados para além do município uma vez que alcança outros municípios da região e até o estado de Pernambuco. Confirma-se a importância da agricultura camponesa reformada para garantir a reprodução mais digna do campesinato de São Miguel de Taipu e consequentemente para reafirmar a importância da pequena produção na vida dos municípios de tradição canavieira do estado.

Consideramos ainda que a transformação do espaço agrário com a conquista de frações do território pela classe trabalhadora em São Miguel de Taipu permite que, como diz Emília Moreira, se possa acreditar ãse não numa ruptura revolucionária com o

território capitalista, mas ao menos, na criação de formas alternativas de produção baseadas na preservação da vida e não unicamente na sua exploração.

Referências

- ABRUCIO, Fernando L. e COUTO, Cláudio Gonçalves. **õA redefinição do papel do Estado no âmbito localõ** in São Paulo em Perspectiva. vol.10, 3, O novo município: economia e política local. São Paulo, Fundação SEADE, jul/set. 1996.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- BERGAMASCO, Sonia M.P.P., FERRANTE, Vera L.S.B., D'AQUINO, Teresinha (1989) "**Assentamentos em balanço: a roda viva de seu passado/presente**". In: Encontro Anual da ANPOCS, 12, Caxambu (mimeo).
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CASTRO, Marcio H., CARVALHO, Mônica E., OTÁVIO, Luciano (1988) "**Reforma Agrária - um estudo preliminar**". Reforma Agrária, Campinas, 18, 1, abr./jul.
- CONAMA ó Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço geográfico: algumas considerações**. In: SANTOS, Milton (org.). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FERNANDES, B. M. **Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST ó Movimento dos Trabalhadores Rurais de Sem-terra em São Paulo**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede õgaúchaõ no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.
- IBGE. **Censo Agropecuário** 1995-96 e 2006.
- IBGE. **Censo Demográfico** 1970, 1980, 1991, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política**. Barcelona: Península, 1976.
- LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, L. S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Ed. UNESP/NEAD/INCRA/MDA, São Paulo, 2004.
- MATOS, Patrícia Francisca de; SOUTO, Thales Silveira. **Conscientização dos impactos ambientais e sociais da expansão da cana de açúcar na microrregião de Ituiutaba (MG) para alunos do ensino fundamental e médio de escolas municipais de Ituiutaba**. Minas Gerais, 2012.

MAZZINE, E. J. T.; Assentamentos rurais no pontal do Paranapanema - SP: **Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** Dissertação de Mestrado ó 2007. UNESP de Presidente Prudente.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil.** Porto Alegre / Rio de Janeiro: Ed. da Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde S. de e SOUZA, Inês C. (1997) **ôImpactos: do que queremos falar?ö** Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo.

MOREIRA, Emilia. Impactos da reforma agrária sobre a estrutura fundiária e o uso do solo no Estado da Paraíba. João Pessoa, **Relatório** Técnico de Pesquisa, 2001.

MOREIRA, Emilia. Impactos da criação do Assentamentos no estado da Paraíba. **Palestra** realizada no GETEC. João Pessoa, GETEC/DGEOC, 2013.

MOREIRA, Ruy. **Repensando a Geografia.** In SANTOS, Milton (org). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção agrícola e reforma agrária.** 1º ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiane B., **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema ó Região do Pontal do Paranapanema/SP.** Dissertação de Mestrado ó 2002. Universidade Estadual Paulista.

REYDON, B.; PLATA, L. **Políticas de mercados de tierras en Brasil. In:PERSPECTIVAS sobre mercados de tierras rurales en América Latina.** Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 1998. (Informe Técnico).

ROCHE, C. **Avaliação de Impactos: aprendendo a valorizar as mudanças.** 2 edição. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, Luanna Louyse. Disputas territoriais e Justiça: um olhar sobre a violência no campo paraibano. Aracaju: **Dissertação de Mestrado.** NPGeo-UFS, 2012.

ROMEIRO, Ademar, Guanziroli, C., LEITE, Sérgio. (orgs.) (1994) **Reforma agrária: produção, emprego e renda.** Petrópolis, Vozes.

ROMEIRO, Adhemar et al. (Orgs.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SORRE, Max. **El Hombre em La Tierra sobre mercados de tierras rurales en América Latina**. Washington: Banco Interamericano de. Barcelona: Labor, 1967.

SOUTO, S. Thales. & MATOS, F. Patrícia. **Conscientização dos impactos ambientais e sociais da expansão da cana-de-açúcar na microrregião de Ituiutaba (MG) para alunos do ensino fundamental e médio de escolas municipais de Ituiutaba**. Uberlândia MG, 2012.

SOUZA, M. J. L. de. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. De; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STRAZZACAPPA, Cristina. **A luta pelas terras no Brasil: das Sesmarias ao MST**. São Paulo: Moderna, 2006.

ZIMMERMANN, Neusa (1994) "Os desafios da organização interna de um assentamento rural" In MEDEIROS, Leonilde et alii (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, EDUNESP.